

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – GESTÃO DAS CIDADES**

**Maria Aparecida Carvalho de Castro**

**O CAMELÔ EM BELO HORIZONTE:  
ASPECTOS DA  
INFORMALIDADE E DA IDENTIDADE**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Cidade

Orientadora: Profa. Dra. Magda de Almeida Neves

**BELO HORIZONTE  
2003**

## DEDICATÓRIA

*Para todos vocês que moram de modo especial dentro de mim.*

*Ao Saulo, Meu Pai, com quem aprendi o valor do trabalho e a força da determinação.*

*A Menininha, minha querida mãe, pelo incentivo, e o seu modo de ser sempre atencioso e cuidadoso com todos.*

*A tia Terezinha, sempre presente, me protegendo através de suas orações.*

*Ao João, com quem eu tenho a alegria de partilhar um amor fraternal.*

*A Dora, com eterna saudade e a esperança de reencontrarmos no tempo da eternidade.*

*Ao Ricardo, pela eterna paciência e ajuda preciosa, mas acima de tudo pela vida que partilhamos a dois.*

*A Yonne, professora e amiga, com a primeira, aprendi a estabelecer uma relação de amor com o texto, da amiga, recebo apoio e incentivo e tenho o prazer das longas conversas.*

*A Zanô, amiga querida, eternamente, por ter me ensinado a nascer de novo.*

*A Meire, irmã do coração, amiga sempre presente nos períodos mais dolorosos aos mais divertidos.*

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Magda Neves, pela sua dedicação e orientação preciosa e, especialmente, pela paciência com o meu tempo de amadurecimento.

À PUC MINAS, pelo apoio e incentivo, instituição de que tenho o prazer de fazer parte, como aluna e professora.

Aos camelôs que, com disponibilidade e confiança, narraram suas experiências, sem as quais este trabalho não seria possível.

Ao Alberto, da Prefeitura de Belo Horizonte, pela recepção atenciosa e as informações que facilitaram o início deste trabalho.

Aos professores do Mestrado Gestão das Cidades, pela competência em desvelar as várias possibilidades de olhar e pensar as cidades.

Aos colegas do Mestrado pelas observações e sugestões oportunas.

À Angela, secretária do Mestrado, sempre atenciosa e cuidadosa, com as informações e solicitações.

Ao amigo Wanderley, por me despertar sobre as questões dos camelôs em Belo Horizonte.

À Ev`Ângela, pela amizade e a dedicação de seu precioso tempo para a correção desta dissertação.

À Profa. Sílvia, sempre oferecendo seu incentivo amigável e afetuoso.

Ao Paulo Agostinho, pelo modo especial de coordenar a equipe de Cultura Religiosa, e também pela sua confiança e amizade.

Ao Pe. Márcio, coordenador do Departamento de Filosofia e Teologia, sempre pronto para escutar e dialogar.

Ao Bruno e Giuliano, pelo cuidado na transcrição das fitas e esmero nos serviços de digitação.

Ao Amauri, amigo especial, pelo seu apoio e incentivo constante.

Ao Rominho e Marísia, amigos que levo sempre comigo.

Ao Flávio, amigo que esteve presente em momentos que jamais vou esquecer.

Ao tio Quinquim, pela sua amizade e dedicação.

À Regina Medeiros, pelo incentivo e as preciosas indicações bibliográficas.

Aos Coordenadores de Cursos das unidades da PUC Contagem e Betim, Rodolfo, Athayde, Palowa, Edmur, Irineu, Carlos, Guilherme, Serginho, Cida e Gilberto, sempre atenciosos, a quaisquer solicitações, buscando atender as necessidades, facilitando, assim, maior tempo para a pesquisa e os estudos.

Aos meus alunos, que oportunizam a cada dia minha realização como professora e são um incentivo constante para o trabalho e os estudos.

À Ir. Terezinha Aquino e à Ir. Lúcia Rezende, que deixaram marcas profundas na minha formação.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>RESUMO.....</b>                         | <b>6</b>  |
| <b>RESUMÉE .....</b>                       | <b>7</b>  |
| <b>EPÍGRAFE.....</b>                       | <b>8</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                    | <b>9</b>  |
| <b>CAPÍTULO I .....</b>                    | <b>16</b> |
| TRABALHO E SOCIEDADE .....                 | 16        |
| SOCIEDADES ANTIGAS.....                    | 16        |
| UMA NOVA SOCIEDADE .....                   | 20        |
| <b>CAPÍTULO II.....</b>                    | <b>27</b> |
| O COMÉRCIO NO REGISTRO DA CIDADE .....     | 27        |
| DO ARRAIAL À CIDADE.....                   | 27        |
| PAISAGEM COMERCIAL DA CIDADE .....         | 33        |
| <b>CAPÍTULO III .....</b>                  | <b>43</b> |
| INFORMALIDADE: UMA QUESTÃO EM DEBATE ..... | 43        |
| ALGUNS CENÁRIOS .....                      | 43        |
| OUTRAS REALIDADES .....                    | 52        |
| <b>CAPÍTULO IV.....</b>                    | <b>58</b> |
| CAMELÔS: TRABALHO E IDENTIDADE.....        | 58        |
| DA CASA À RUA .....                        | 59        |
| NOVOS LUGARES, OUTRAS IDENTIDADES.....     | 68        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>           | <b>77</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>    | <b>80</b> |
| <b>ANEXOS:</b>                             |           |
| <b>FOTOS DAS RUAS PESQUISADAS.....</b>     | <b>91</b> |
| <b>PERFIL DOS ENTREVISTADOS</b>            |           |
| <b>LEIS MUNICIPAIS</b>                     |           |

## RESUMO

Esta dissertação investiga a identidade de trabalhadores informais, conhecidos como camelôs, que se encontram nas ruas e calçadas do grande centro comercial de Belo Horizonte, local escolhido para a realização de suas atividades. Ao empreender a pesquisa, considerou-se necessária uma reflexão sobre o trabalho humano, evidenciando sua trajetória como atividade reconhecida e também marginalizada, o que, de algum modo, expressa diversificadas formas utilizadas em busca de sobrevivência.

Na tentativa de se qualificar a presença dos camelôs na metrópole belorizontina, tornou-se oportuno resgatar sua origem desde remotos tempos do arraial. Verificou-se então, que os comerciantes informais sempre estiveram presentes na vida da cidade, convivendo com o comércio oficializado. Para armar a trama do trabalho, foi fundamental apreender, também, as origens e as várias abordagens acerca do termo informalidade, além do debate que mostra seus desdobramentos e ressonâncias nas grandes cidades.

Sendo assim, buscaram-se, no grande centro comercial de Belo Horizonte, protagonistas do comércio informal, com o objetivo de se compreender os motivos de sua inserção nessa atividade. Para tanto, mostrou-se imprescindível desvelar os universos que compõem sua trajetória de vida e de trabalho: valores, crenças, necessidades, lutas, impasses e resistências, que configuram a sustentação de suas atividades nas ruas e calçadas da cidade.

## RESUMÉE

Cette dissertation veut l'investigation de l'identité de travailleurs informels, connus comme des « camelôs », qui se trouvent dans les rues et les trottoirs du grand centre commerçant de Belo Horizonte, lieu choisi pour la réalisation de leurs activités. A faire la recherche, on a considéré nécessaire une réflexion sur le travail humain, laissant en évidence son trajet comme activité reconnue et aussi marginalisée ce que d'une certaine manière exprime de façons diversifiées dans la quête de survie.

Pour tenter de qualifier la présence des « camelôs » dans la métropole de Belo Horizonte, il est devenu opportun de reprendre son origine depuis le temps de village. On a vérifié alors que les commerçants informels ont toujours été présents dans la vie de la ville, en convivant avec le commerce officiel. Pour monter la trame du travail, il a été fondamental d'apprendre aussi, les origines et les plusieurs abords du terme informalité, au delà du débat qui montre ses déploiements et ses échos dans les grandes villes.

Etant comme ça, on a cherché dans le grand centre commerçant de Belo Horizonte, les protagonistes du commerce informel, dans le but de comprendre les motifs de leur insertion dans cette activité. Alors, on a cru important de révéler les univers qui composent leur trajet de vie et de travail: Valeurs, croyances, besoins, luttés, impasses et résistances qui configurent le soutien de leurs activités dans les rues et trottoirs de la ville.

*De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá às nossas perguntas.*

*Calvino*

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação investiga uma categoria social, os camelôs<sup>1</sup> licitados e licenciados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a partir de 1993, que exercem suas atividades no centro da capital. A cidade de Belo Horizonte foi escolhida por apresentar uma concreta visibilidade da presença do camelô em seu centro comercial tradicional. Esse centro representa também uma matriz do comércio oficial da cidade.

Procura-se compreender a construção identitária dos camelôs na interface com sua atividade profissional, que se desenvolve nas ruas e calçadas da cidade, articulando dois eixos temáticos: identidade e informalidade. A constituição dessa identidade revela-se como um enigma, na medida em que perpassa uma dimensão profissional que é considerada fora da lei. Apresenta também um viés que penetra o campo da cidadania, quando se consolida a licitação e o cadastramento destes trabalhadores nos anos 90. Há a garantia de direitos que configuram uma condição de legalidade.

Neste sentido, são pertinentes algumas perguntas que alargam o campo de investigação. Qual o lugar do trabalho na atualidade, como integrador dos ordenamentos da vida pessoal e social? Onde repousam as origens e o desenvolvimento do comércio formal, tendo como contraponto o comércio informal? É possível considerar a informalidade como expressão das estruturas sociais, culturais e econômicas de uma sociedade? Como compreender os processos que conformam as denominações formal e informal? Como se processa a construção identitária dos trabalhadores pesquisados?

Esta pesquisa configura-se como uma investigação pioneira, ampliando reflexões sobre a atividade informal que é exercida nas calçadas e ruas da cidade. Apresenta-se como uma reflexão de proeminência para a Ciências Sociais, no tocante ao aprofundamento de estudos de grupos que são considerados marginais na sociedade. Há, também, uma contribuição para o campo das políticas públicas, no que concerne à ampliação da visibilidade da realidade dos universos metropolitanos.

Assiste-se à presença de vendedores da informalidade, conformando-se como parte cada vez mais integrante da capital. Dessa forma, considera-se de fundamental importância este estudo, na tentativa de se compreender processos que levam sujeitos a buscarem

---

<sup>1</sup> Camelô: mercador que vende nas ruas, em geral nas calçadas, bugigangas ou outros artigos, apregoando de modo típico. (Ferreira, 1984:262)

atividades informais. Também, o estudo revela-se significativo, tendo em vista a realidade urbana atual com suas taxas de desemprego, que levam a população a procurar meios alternativos de sobrevivência. Visto que a pesquisa ancora-se ainda na análise de modos de vida de trabalhadores excluídos da organização do trabalho formal.

Busca-se o entendimento de uma categoria social, como sujeitos que fazem parte de uma estrutura sócio-cultural e econômica, encontrando sua inserção no universo do trabalho informal, como uma alternativa de trabalho e de sobrevivência. A análise estabelece um recorte cronológico entre os anos de 2001 e 2002.

O objetivo mais amplo desta dissertação é desvendar a construção identitária de sujeitos que trabalham na informalidade, em ruas e calçadas do centro comercial de Belo Horizonte.

Para atender a esta pretensão, outros objetivos específicos deverão ser contemplados: situar a condição humana do trabalho, para iluminar uma discussão sobre a sociedade contemporânea, contemplando o fenômeno da informalidade; investigar as matrizes do comércio formal e informal em Belo Horizonte, tendo em vista a emergência da figura do Camelô; analisar distintas abordagens sobre o fenômeno da informalidade, buscando subsídios para se qualificar a profissão dos camelôs; examinar motivações que levam sujeitos a se tornarem camelôs, tentando apreender seus textos identitários; pesquisar quem são os trabalhadores que vivem da informalidade para qualificar seu universo identitário.

A investigação privilegia como método os procedimentos utilizados pela história oral. A dissertação trabalha com relatos temáticos, através de entrevistas realizadas com camelôs que se encontram nas região central da capital, por ser local expressivo da presença dessa categoria profissional.

A literatura sobre os procedimentos da história oral na atualidade já conta com uma diversificada bibliografia, que propõe uma discussão aprofundada sobre sua importância e as especificidades do alcance desse método de pesquisa. Encontra-se em Resende (1990) uma observação que demonstra a diversidade da pesquisa em história oral:

"A história oral caracteriza-se pela produção de documentos, arquivos e estudos que se referem à vida das pessoas, apresentando-se como forma de captação, reconstrução de fatos, vivências e experiências de pessoas em diferentes aspectos da vida, sempre mantendo estreita relação desta vida com o movimento histórico e cultural da sociedade." (Resende 1990: 60)

O autor observa que um dos objetivos metodológicos da história oral é o de se contrapor aos procedimentos historiográficos tradicionais, centrados em grandes feitos e vultos históricos que ganham notoriedade. Lembra que a proposta da história oral é operar uma noção de passado em relação dialógica com o futuro. Esta noção propõe mostrar que o universo histórico não é algo finito, com pré-determinações de princípio meio e fim, mas este apresenta-se como um processo de rupturas, deslocamentos, no qual o passado se presentifica na realidade atual dos sujeitos, propondo uma construção e reconstrução da vida que vai sendo experimentada e ressignificada no cotidiano.

De acordo com Meihy (2002), a noção de silenciados tem ganhado campo como um dos propósitos da história oral, pois esta de algum modo contempla pessoas que não têm voz ou qualquer visibilidade pública. Entre outras definições, Meihy observa:

"História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva." (Meihy 2002:13)

Para Meihy, a história oral possui três tendências: tradição oral, história oral de vida e história oral temática:

"Uma das mais complexas e raras expressões da história oral é a tradição oral. Por trabalhar com permanência dos mitos e a visão de mundo de comunidades que têm valores filtrados por estruturas mentais asseguradas em referências do passado remoto, a tradição oral percebe o indivíduo e o grupo diferentemente..." "Variam também os processos de apreensão dos testemunhos." (Meihy 2002: 149)

Segundo o autor, tradição oral preocupa-se com o passado ritualizado através de grupos e também aqueles herdados pelos indivíduos. Sendo assim, a tradição oral subsiste porque traz emprestados narrativas, rituais e simbologias de gerações passadas que constituíram a herança histórica da preservação daquele grupo ou povo.

Já a história oral de vida recebe outra qualificação para o autor:

"A história oral de vida é o retrato oficial do depoente. Assim, a "verdade" está na versão oferecida pelo narrador, soberano por revelar ou ocultar casos, situações e pessoas. Pelo encaminhamento mais comum que se adota para a história oral de vida, a periodização da existência do entrevistado é um recurso importante, pois organiza a narrativa acima de fatos que serão considerados em contextos vivenciais subjetivos, A personalização do enquadramento da narrativa deve valorizar os vetores que indicam a história do indivíduo como centro das atenções." (Meihy 2002: 132)

É importante observar que a história oral de vida circunscreve-se, preferencialmente, na esfera da subjetividade, onde o sujeito é crucial. Neste sentido, pode-se observar que a noção de verdade passa a ocupar relevância a partir de quem a narra. Esta conotação da verdade com centralidade na fala do sujeito oferece oportunidades para que as pessoas possam contar suas histórias adentrando sua experiência e percepção, possibilitando a colocação de sujeitos muitas vezes anônimos como parte maior de um universo social, no qual ele pode falar e ser escutado.

Os relatos temáticos, recurso metodológico usado para esta pesquisa de campo, na observação de Meihy, apresentam-se como um dos meios mais tradicionais para a apresentação de trabalhos acadêmicos que perpassam as mais diversas áreas.

Meihy nomeia uma definição da história oral que trabalha com relatos temáticos:

"A história oral temática é quase sempre usada como técnica, pois frequentemente articula diálogos com outros documentos. (Meihy 2002:145)

De acordo com o autor, a história oral temática acaba por estabelecer um comprometimento do entrevistador com o entrevistado e o esclarecimento sobre algum evento acontecido. Esta metodologia trabalha com uma objetividade direta, na qual as perguntas utilizadas devem insistir de modo explícito em direção ao objeto a ser explorado. A história

oral temática apresenta características bastante específicas, possuindo aspectos que a diferenciam da história oral de vida; Meihy (2002) chama atenção para este processo de diferenciação:

"Devido ao seu caráter específico, a história oral temática tem características bem diferentes da história oral de vida. Detalhes da história pessoal do narrador apenas interessam na medida em que revelam aspectos úteis à informação temática central." (Meihy 2002 :146)

De acordo com o autor, há existência de projetos que mesclam a história oral de vida com a história oral temática. Segundo este, a conjugação de metodologias é um procedimento bastante apreciado, pois oferece a oportunidade de incorporar informações que podem ser conjugadas com situações vivenciais, o que faz com que a pesquisa ganhe mais riqueza de detalhes.

Sendo assim, a escolha da metodologia da história oral temática para pesquisar os camelôs em Belo Horizonte firma-se na abrangência e abertura que esta possibilita para se pesquisar grupos e pessoas que não participam de uma dimensão histórica oficial. A proposta é o estabelecimento de uma escuta, resgatando percepções em uma esfera pessoal e coletiva, e também, a compreensão dos atributos da atividade profissional que é exercida através do comércio nas ruas.

Posteriormente, à fundamentação teórica sobre o alcance da metodologia de história oral, foram realizados contatos para a pesquisa de campo.

Ao se efetivar a data da primeira entrevista, já estava definido que os trabalhadores de interesse da pesquisa compreendiam camelôs licitados e licenciados pela prefeitura municipal de Belo Horizonte no ano de 1993. Esta escolha justifica-se pela facilidade de localização dos sujeitos pesquisados, oferecida pelas fontes oficiais, o que não acontece com o caso dos camelôs cunhados como *toureiros*.

O encaminhamento da pesquisa foi através de contatos telefônicos com a Regional Centro-Sul, órgão da Prefeitura Municipal que administra e controla a organização e a ocupação dos espaços públicos da cidade de Belo Horizonte. Foram explicitados os objetivos e a natureza da pesquisa, sendo efetivada a primeira entrevista, na própria Regional Centro-Sul, com o secretário do Departamento de Controle Urbano. Foram obtidas cópias das leis que buscam disciplinar e regulamentar o uso de logradouros da cidade. Conseguiu-se acesso ao

arquivo com nomes dos trabalhadores das calçadas, seu tempo de serviço e a localização das barracas, demarcadas pelos números das lojas comerciais nas ruas onde ficavam situadas. Foram escolhidos os camelôs mais antigos, com a expectativa de maior riqueza de informações.

Entre os quinze camelôs entrevistados, dois eram líderes sindicais. Na abordagem destes, pediam apresentação de documentos de identificação.

As demais entrevistas passam a apresentar uma característica singular e inerente à própria atividade de pesquisa na rua. Para marcá-las, foi necessário ir ao local de trabalho dos camelôs. Algumas dificuldades foram enfrentadas, na tentativa de encontrar face-a-face para marcar as entrevistas: desencontros, atrasos etc.

No decorrer das entrevistas, foi estabelecendo-se uma relação de confiança, em que o camelô entrevistado chamava pelos colegas, para se obter mais informações. A duração média de cada entrevista variava de duas a três horas, por ser interrompida pela chegada de fregueses na barraca.

Outro aspecto a ser ressaltado é que no decorrer dos contatos para as entrevistas, ficava esclarecido que a pesquisa vinculava-se a uma instituição, no caso o Mestrado Gestão das Cidades da PUC-MG, e que não se tratava de nenhum trabalho com o objetivo de exposição e notoriedade através dos recursos da mídia. Este esclarecimento teve como finalidade afastar possíveis entrevistados cujos interesses fugiam aos objetivos do trabalho proposto. No cômputo geral, foram realizadas vinte e oito visitas ao centro da capital.

A comunicação dos resultados da presente investigação permitiu a elaboração de quatro capítulos. O primeiro discute a condição humana do trabalho: origens do termo, conceito de trabalho e alguns de seus desdobramentos ao longo da história. Busca-se resgatar transformações ocorridas no universo do trabalho, destacando as dimensões de sacrifício e também seu eixo ordenador e disciplinador nas sociedades. Demonstra-se que, a par da evolução do trabalho formal, universos informais sempre existiram.

No segundo capítulo, verifica-se o desenvolvimento comercial da cidade de Belo Horizonte, buscando as origens da informalidade na capital mineira, remontando à presença dos tropeiros mascates e feirantes. Constata-se que o desenvolvimento do comércio informal esteve presente desde os tempos do arraial de Curral del-Rei, e mediante o crescimento do comércio oficial, continuou a existir.

No terceiro capítulo, resgata-se a origem do debate sobre a informalidade, buscando compreender sua presença nas sociedades, ao longo do tempo. Busca-se entender como a atividade informal está sendo estudada e definida. Discutem-se também as dificuldades

ancoradas neste debate, tendo como interlocutores Cacciamali, Charmes, Bagnasco, Azevedo, entre outros.

Finalmente, o capítulo quatro evidencia uma categoria social em movimento - camelôs - qualificando sua construção identitária, através de suas origens, seu grupo familiar, suas lutas, crenças e valores etc. Para-se apreender processos que conformam a construção identitária dos camelôs, utilizou-se das entrevistas realizadas pela pesquisa de campo, tendo como suporte teóricos autores que pudessem iluminar e orientar a análise: Hall, Woodward, Theodoro, Silveira, Silva entre outros.

## CAPÍTULO I

### Trabalho e Sociedade

Ao se pensar esta dissertação, torna-se fecunda uma breve reflexão sobre a condição humana do trabalho, no contexto orgânico de estruturação das sociedades. Uma interlocução com alguns autores clássicos e outros contemporâneos irão acolher a discussão proposta, tecendo sua paisagem de fundo.

### Sociedades Antigas

A expressão trabalho, no senso comum, possui diversos significados. Muitas vezes vem ligada a dor, tortura, fadiga, esforço. Encontra-se também o termo para designar a ação do homem na transformação da natureza, o que caracteriza a modificação da matéria em objeto de cultura. As variadas formas de trabalho procuram apresentar o sujeito em ação para preservar a sua sobrevivência.

De origem latina, temos *tripalium*, “que era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los“ (Albornoz 1986, 10). O termo *tripalium* aparece também em literatura especializada, como “instrumento composto por três paus ou varas para prender animais e também como instrumento de tortura” (Coleção Logos 1992: 224-254). Na origem encontra-se o termo trabalho ligado ao cultivo da terra, mas a sua atribuição como tortura é o que perdurou com mais intensidade ao longo da história. Para se entender as relações de trabalho, é importante compreender como foram estruturados alguns de seus aspectos no seio da sociedade.

Segundo Durkheim (1983: 9), os laços que unem indivíduos a um grupo constituem a solidariedade social. Para ele, a primeira forma de solidariedade seria a mecânica, que se forma na sociedade onde indivíduos diferem pouco entre si e partilham os mesmos valores e

sentimentos. A coesão torna-se possível porque, desde o nascimento, estão inscritos em uma rede de obrigações, e estas são reproduzidas para a manutenção da existência social.

Referindo-se a essas sociedades, Castel (1999: 49) afirma que, “regras ancestrais impõem-se aos indivíduos de um modo sintético e diretamente normativo”. O que significa que essas regras são pilares balizadores da conduta em todos os níveis da vida social, seja na família e na vizinhança, seja nas obrigações ligadas ao trabalho. Essa organização diretiva da sociedade possibilita transmissão de conhecimentos, processos de aprendizagem e a reprodução da vida social. Como se verifica em Castel (1999: 49), “...essas sociedades podem ser encontradas em todas as áreas culturais, mas melhor definidas pelas sociedades camponesas que eram formadas de modo quase autárquico”.

O ocidente cristão foi marcado por esse tipo de organização social no período feudal. O servo não era considerado escravo por não poder ser vendido; sua vida estava profundamente ligada ao cultivo da terra, mas por outro lado, ele era submetido às normas e regras para o uso da terra, marcadas por uma força intensa de sacralidade, que ordenava atitudes e normas de conduta, ajudando a impor pesadas jornadas de trabalho. Observa-se que o trabalho nesse período se realiza como uma jornada intensa e extensa, o que pode lembrar uma disciplina escravagista.

Todavia, a modernidade liberal rompe com aquela estrutura antiga, colocando o trabalho como um ideal a ser buscado. Ao analisar as estruturas das prisões do séc. XVI até o séc. XIX, Foucault (1997) mostra como se estruturam as sociedades disciplinares, nas quais os corpos são talhados através de uma disciplina física que propõe correções e adestramento; o que se espera desse indivíduo é que se torne um sujeito obediente, ciente da importância das normas para sua reintegração na sociedade; o modelo a ser seguido é o apresentado pelo soldado.

Segundo Foucault, o soldado é alguém que pode ser reconhecido de longe; apresenta sinais de vigor e coragem, seu corpo revela toda a fortaleza e altivez necessárias, que demonstram idoneidade e honra. Esse soldado, na segunda metade do séc. XVIII, tornou-se algo que poderia ser fabricado, tendo seu corpo talhado por gestos e movimentos automatizados. Neste momento, irá surgir um modelo de homem que poderia ser criado de acordo com as necessidades da exploração econômica, tão decantada pela modernidade liberal e também como pressuposto do sistema capitalista:

"Fabricação de indivíduos-máquinas, mas também de proletários; efetivamente, quando o homem possui apenas 'os braços como bens,' só poderá viver do 'produto de seu trabalho, pelo exercício de uma profissão, ou do produto do trabalho alheio, pelo ofício do roubo;' ora, se a prisão não obrigasse os malfeitores ao trabalho, ela reproduziria em sua própria instituição, pelo fisco, essa vantagem de um sobre o trabalho de outros: a questão da ociosidade é a mesma que na sociedade; é do trabalho dos outros que têm que viver os detentos, se não vivem do seu próprio." Ch. Lucas, *De La réforme des prisons*, Vol II, 1838, In apud, Michel Foucault, 1977: 313-314.

Segundo Foucault, essa disciplina do trabalho com um salário compensatório possibilitará a conversão do detento em um operário dócil. A disciplina dos movimentos dos corpos não foi utilizada só na prisão, mas também nos sanatórios, hospitais e escolas, pretendendo formar indivíduos com comportamentos determinados e previsíveis, que passam a ser modelos de comportamentos esperados para efetivação da nova sociedade a ser construída. Na interpretação de Gilles Deleuze (1992: 222), essa sociedade pode ser representada pela imagem da toupeira, que é uma animal ctoniano, simboliza as forças da terra e configura o lugar do caos onde se hospeda a vida. Esta só poderá realizar sua dimensão geradora se for fecundada, encerrando assim sua condição de passividade. A terra aparece como o símbolo iniciador dos mistérios da vida e da morte, sendo necessário passar pelos ritos iniciáticos para se obter sua proteção ou aprender a curar doenças. As galerias subterrâneas que são escavadas pela toupeira podem ser identificadas ao modelo de um labirinto arcaico de Epidauro<sup>2</sup>, consagrado a Asclépio<sup>3</sup>, concebido como túmulo e também como morada subterrânea do deus. Esse modelo de sociedade será, de algum modo, expresso na construção societária do período moderno, no qual o sujeito passa a ocupar, por um lado, um lugar de destaque, mas, por outro um lugar de submissão expresso nas relações de trabalho.

A modernidade liberal marcada por duas revoluções, a inglesa e a francesa, desintegra a organização do trabalho anteriormente estruturada. Foi marcada, também, por diversos movimentos nem sempre consensuais. Essa sociedade defende o trabalho assalariado e o livre mercado para negociações, abrindo espaço para conflitos de interesse. Frente a impasses vivenciados, torna-se necessário apresentar alguns aspectos da condição de trabalho no

<sup>2</sup> Epidauro: Templo famoso por seu luxo e ornamentação e seus mistérios de labirinto. Local de curas, privilegiando a cura da mente. Esta só era possível com a modificação dos sentimentos. Abarca também a definição de centro cultural e espiritual.

<sup>3</sup> Asclépio é um herói/deus, participa de uma natureza humana e divina. Conhecido pelas curas extraordinárias. Este desenvolve em Epidauro uma verdadeira escola de medicina, com novos métodos para uma medicina mais científica que posteriormente teve continuação nas mãos de Hipócrates.

período. Castel demonstra o nível de complexidade de formação da nova sociedade instaurada, que “...traz também, sem que seus formuladores estejam plenamente conscientes disso, efeitos *socialmente* devastadores.” (Castel 1999: 212).

O período liberal acaba por propor mudanças cruciais na concepção e na vivência da dinâmica do trabalho. Este não é mais um dever calcado nas prerrogativas religiosas, morais ou econômicas, mas passa a ser a configuração fundante de toda a sociedade a ser construída. Nessa nova perspectiva do trabalho, indivíduos irão se encontrar em condições de extrema miséria e indignidade, clamando por ajuda em todos aspectos das necessidades humanas. O que conchama a nova sociedade do trabalho que se pretende formar é encontrar soluções para a reintegração de uma camada social carente de trabalho para aliviar sua condição de miserabilidade. O contingente populacional deslocado do campo para a cidade representa uma maior oferta de mão de obra, o que, frente à demanda, acaba por baixar os salários.

Essa condição precária dos trabalhadores não acontece apenas na França; anteriormente, na Inglaterra, com as consequências da revolução industrial, já existia uma massa de empregados submetidos a penosas condições de trabalho nas fábricas. Marx demonstra em sua obra, *O Capital*, como o trabalhador se torna desprezível face à nova economia que se estrutura:

“...A máquina não é apenas o concorrente todo-poderoso, sempre pronto a tornar supérfluo o assalariado. O Capital, aberta e tendenciosamente, proclama-a o poder inimigo do trabalhador, manejando-a em função desse atributo” (Marx 1975: 499).

Segundo Marx, o capital torna-se a arma mais poderosa de controle sobre o proletariado e suas ações, porque o que este tem a oferecer é apenas a sua força de trabalho em troca de um salário imposto pelos capitalistas.

Subjacente a essas transformações está a primeira Revolução Industrial do séc. XVIII, que permite o surgimento dos centros industriais. Posteriormente, tem-se a segunda Revolução Industrial, no final do século XIX, impulsionada pela criação da eletricidade que dinamizará avanços tecnológicos. Isso levará, no extremo, à busca de lucro aliada a uma maior especialização do trabalho.

Esses novos rumos seguidos pela sociedade do trabalho passam a ser alvo de preocupação para alguns pensadores das questões sociais. Durkheim está intrigado com as

novas configurações, nas quais mudanças passam a expressar o aumento da divisão do trabalho social, em que cada um passa a depender de outras partes que formam o todo, e a função que o indivíduo exerce demarca o seu lugar na sociedade. Complexidade e interdependência conformam as novas relações de trabalho. A este fenômeno, Durkheim chamará de solidariedade orgânica, “...presente nas sociedades mais complexas que resultam da crescente divisão de trabalho, exigida pela tarefas econômicas menos simples” (Durkheim 1983: 9).

Esse conjunto de transformações foi de fundamental importância para a economia mundial no século XX e, conseqüentemente, provocou interferências na esfera do trabalho. Este será marcado por avanços que fazem surgir a microeletrônica na robótica industrial, computadorização dos mais variados serviços, desenvolvimento da indústria química, biotecnologia etc. (Vicentino 1997: 284-289). Tais progressos e mudanças foram reconhecidos e cunhados por pensadores como uma terceira Revolução Industrial, interpretação não consensual entre cientistas sociais e áreas afins. Mas, é inegável que esses avanços provocam profundas mudanças na sociedade, tanto na ordem familiar e moral, quanto, principalmente nas relações de trabalho. Pode-se indagar: qual modelo de sociedade vem sendo gestada a partir dessas transformações experimentadas pela humanidade? Devido aos avanços da microeletrônica e da robótica, que inferências seriam pertinentes para se compreender a dinâmica da nova sociedade do trabalho?

### **Uma Nova Sociedade**

Através da análise de alguns aspectos da obra literária de Burroughs e dos trabalhos do filósofo e urbanista Paul Virilio, utilizados por Gilles Deleuze (1992: 219-226), torna-se possível examinar mudanças ocorridas nas últimas décadas do séc. XX. Delas emerge a *sociedade de controle*, expressão aludida por Burroughs e cunhada por Virilio, na qual o essencial não é uma assinatura ou um número, e sim a senha, que possibilita acesso ao mundo da informação digital. Essa sociedade capitalista não é um sistema dirigido para a produção, sendo esta relegada aos países menos favorecidos. O que interessa é o mercado, que tem como seu maior aliado o marketing, que lança seus produtos com habilidade e sedução, criando

necessidades e sonhos de consumo que passam a ‘revelar’ o status e a condição social do indivíduo:

"É um capitalismo de sobre-produção. Não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações" (Deleuze 1992: 219-226).

A maneira como os empregos se estruturam está intimamente ligada à forma como as empresas buscam sua sobrevivência, num mercado que exige competência, versatilidade e mudanças a curto prazo.

Na visão de Castel (1999: 516), “a diversidade e a descontinuidade das formas de emprego estão em via de suplantar o paradigma do emprego homogêneo estável”. É um momento em que a condição de trabalho apresenta aspectos de vulnerabilidade: o emprego e o desemprego passam a fazer parte da realidade da vida.

Esta nova sociedade que demarca avanços alcançados até o séc. XX é por demais complexa em seus desdobramentos. Sua principal característica são as mudanças constantes, nas quais o mercado tem um papel preponderante para delimitar o seu sucesso ou o seu fim e, conseqüentemente, estão em jogo condições de emprego e desemprego. Na atualidade, as *sociedades de controle* vêm substituir as sociedades disciplinares analisadas por Foucault, propondo novos ordenamentos na vida pessoal e social. Funda-se uma nova ordem mundial que opera em outro registro de linguagem, possibilitando mudanças rápidas, viabilizadas por meio da comunicação em rede, que alcança fluidez em tempo recorde.

As *sociedades de controle* interferem em todos os aspectos da vida humana: o sujeito pode ser localizado, informado e reorientado sobre o que deve ser feito, principalmente na esfera do trabalho. A empresa, ao criar demandas e exigências a curto prazo, acaba por intensificar rivalidades entre os funcionários. Nesta nova forma de operacionalizar e direcionar, as empresas introduzem a competição em sua forma mais perversa, em que o outro, de colega passa a ser o mais próximo concorrente. Nesta sociedade, o conhecimento é fundamental, pois é necessário estar sempre bem informado, reciclado, em uma rotação contínua e sem limites: as informações alcançam uma esfera rápida e sem vínculos com o passado ou a história. Tudo pode ser mudado o tempo todo e a qualquer momento. Trata-se de uma lógica que acaba por provocar conseqüências de ordem pessoal e profissional, fazendo

reinar o mito da insegurança contínua, ameaçando as condições de saúde e de sobrevivência do ser humano.

A imagem iconográfica que Gilles Deleuze usa para representar esta sociedade é a da serpente,<sup>4</sup> definida como uma criatura fria, sem patas, sem pêlos, que, na linguagem psicanalítica, representa o lado obscuro do homem. Esta pode ser representada também por uma linha que não tem princípio nem fim, mas que, a qualquer momento, pode se metamorfosear nos mais variados pontos e lugares profundamente escorregadios; ao mesmo tempo permanente e imóvel em sua dimensão totalizando o inatingível, a serpente é habitada pelas mais variadas contradições, pois ao mesmo tempo que pode gerar a morte pode também fazer fluir a vida e a inteligência. Pela imagem da serpente, pode-se perceber a complexidade das *sociedades de controle*, as quais, ao mesmo tempo que possibilitam avanço, acabam por gerar situações de inclusão e exclusão do trabalho.

Sennett<sup>5</sup> apresenta também alguns aspectos do capitalismo flexível, cujos desdobramentos e mutações provocam mudanças no significado do trabalho. Este passa a ser concebido como um bloco, do qual as pessoas seriam apenas partes, no decorrer da vida. Há um nível de ansiedade e de insegurança, por não se saber dos riscos efetivos e compensações que poderiam advir no desempenho do trabalho:

"Empresas perfeitamente viáveis são estripadas ou abandonadas, empregados capazes ficam à deriva, em vez de serem recompensados, simplesmente porque a organização deve provar ao mercado que pode mudar" (Sennett 2000: 59).

Assim se tem os ônus produzidos pela reengenharia e a onda da flexibilidade, que nem sempre conseguem criar estruturas renovadas, capazes de sobreviver. Frente aos desafios do mercado, está em jogo também o papel do trabalhador, pois a palavra de controle para a sobrevivência é flexibilidade. Eis porque “gestão em fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos acasos do mercado tornam-se os imperativos categóricos do funcionamento das empresas competitivas” (Castel 1999: 517).

---

<sup>4</sup> Sobre a SERPENTE, verificar: Jean Chevalier, Alain Gherbrant, Dicionário dos Símbolos – Mitos, Sonhos, Costumes, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números, Editora: José Olympio, 1999, p. 814-826.

<sup>5</sup> Verificar informações na obra de: Richard Sennett, A Corrosão do Caráter, conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo, Editora Record, Rio de Janeiro, São Paulo, 2000.

As empresas que têm de atender a essa demanda criam programas de treinamento constante que, muitas vezes, provocam deslocamentos de empregados de um polo a outro do globo. Utilizam-se de contratos de trabalho por tempo determinado, exigindo dos novos contratados a execução de tarefas de modo já competente e profissional. Esses novos níveis de exigência das empresas, muitas vezes, acabam por provocar um processo de desestabilização de pessoas ao habitarem o mercado de trabalho.

Jorge Mattoso, outro analista, é categórico quando investiga as condições do trabalho e do salário no fim da década de 90: “a fragmentação do trabalho, a contratação em condição de eventualidade e de precariedade e a deterioração do mercado de trabalho geraram uma maior insegurança na renda” (Mattoso 1995: 93). Segundo o autor, está havendo uma maior concentração de renda, provocando o crescimento da desigualdade social e da pobreza. Devido à dramaticidade do real, seria importante o questionamento: qual é o lugar do trabalho na atualidade, como integrador dos ordenamentos da vida pessoal e social?

Segundo Castel, as mudanças que se dão no universo da flexibilidade, tanto no que se refere ao trabalho quanto às prestações de serviços, são irreversíveis:

"A segmentação dos empregos, do mesmo modo que o irresistível aumento dos serviços, acarreta uma individualização dos comportamentos no trabalho completamente distinta das regulações coletivas da organização 'fordista'. Não basta mais saber trabalhar, é preciso saber, tanto quanto, vender e se vender" (Castel 1999: 601).

Essa nova sociedade é marcada pela racionalidade instrumental, que se funda numa lógica articulada para a promoção de um sistema capitalista que coloca a supremacia do mercado frente a qualquer outra dimensão. Segundo Enriquez (1997: 6-17), é pedido a cada indivíduo que se torne capaz de se adaptar às circunstâncias e que não tenha outra meta senão êxito pessoal e econômico como palavras de ordem. A partir dessa lógica, o sujeito do trabalho passa a representar alguém destituído de sentimento, subjetividade ou de qualquer fragilidade que impeça seu desempenho na esfera da produção.

Nessa nova configuração do trabalho, que alcança expressivos patamares mundiais, torna-se necessário refletir sobre as ordenações globais das mudanças, para se compreender seus constantes desmembramentos e articulações. Tanto em suas atividades formais de trabalho quanto nas informais.

O universo do trabalho informal, como uma alternativa de trabalho, existe tanto no Brasil como em outros países. Todavia, é fundamental compreender a sua pré-existência no universo do trabalho globalizado, sendo importante também considerar a sua coexistência com processos mundiais de estruturas globalizantes.

O debate sobre a informalidade aparece na literatura das últimas décadas do séc. XX, sendo alvo de variadas abordagens. Na interpretação de Cacciamali,<sup>6</sup> a OIT promove no ano de 1969, o Programa Mundial de Emprego, que teve como objetivos principais avaliar as condições de emprego e distribuição de renda, visando verificar as estratégias de rápido crescimento econômico desenvolvidas por países que ainda se encontravam em atraso no processo de industrialização. Neste trabalho, algumas análises demonstraram que o padrão de crescimento econômico que substituiu as importações, de fluidez rápida e intensiva no emprego de capital, tornava insuficiente a oferta de empregos diante da população economicamente ativa. Esta situação acabou por gerar um excedente expressivo de mão-de-obra, registrado sob a forma de desemprego, em decorrência da falta de proteções sociais que viessem destacar a extensão do problema, constatando-se a existência de atividades informais organizadas em pequena escala. Frente a esta situação, buscou-se propor estratégias para o crescimento econômico centradas na criação de empregos, na diminuição das desigualdades sociais, e referentes à distribuição de rendas e queda dos níveis de pobreza.

Segundo Cacciamali, o termo *setor informal* originou-se e se difundiu-se através dos inúmeros estudos viabilizados por este programa. Sua amplitude é percebida a partir de várias instituições: propriedade familiar do empreendimento, origem e aporte próprios de recursos, facilidade de ingresso, uso intensivo do fator trabalho e tecnologia adaptada, aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino etc. O aspecto que sobressai como característica marcante da informalidade é "... o fato do detentor do negócio exercer simultaneamente as funções de patrão e empregado e de não existir separação entre as atividades de gestão e de produção." (Cacciamali 2000). Essa relação encontrada na informalidade pode ser verificada no setor formal, visto que este pode ser examinado através de compras e aquisições de mercadorias do setor formal, comercializadas através do setor informal:

---

<sup>6</sup> Estas e demais informações poderão ser encontradas em: Maria Cristina Cacciamali, *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp, Instituto de Economia, 'Globalização e Processo de Informalidade', 14 de jun, 2000.

"No lugar de se ter uma divisão entre atividades formais e informais de um lado, e uma divisão entre ativos formais e ativos informais por outro lado, há uma superposição entre as duas partes..." (Lautier 1994: 39).

Constata-se que existe uma relação intrínseca entre processos de informalidade e formalidade, o que leva a refletir sobre as dificuldades existentes de participação na economia formal. Na visão de Cacciamali, participantes da informalidade, em decorrência da escassez de capital para investimentos, passam a adotar técnicas de produção que acabam por gerar baixos níveis de produtividade. Deflagra-se também baixa remuneração tanto para os proprietários como para os trabalhadores a eles ligados. Tal problemática decorre das circunstâncias de concorrência, pois, muitas vezes, os trabalhadores informais têm de fazer frente a firmas já estabelecidas em patamares superiores de tecnologia e de capital. Segundo a autora, esta dualidade acontece devido à existência de um mercado de capitais imperfeito, em que é vetado o acesso a pequenos empresários. Gera-se também uma dualidade no mercado de trabalho, entre os que participam de setores socialmente organizados em tempo integral e aqueles que participam do sistema de terceirização, que surge como geração de novos postos de trabalho. O processo de terceirização avança devido aos altos custos de contratação e dispensa que fazem parte do vínculo de trabalho por tempo indeterminado:

"Essas novas formas de contrato redirecionam o trabalho assalariado para empregos em tempo parcial e temporários e, em muitos países constituem um componente expressivo da criação de empregos, para jovens e mulheres, desde os anos 80" (Cacciamali 2000: 159).

Segundo Chesnais, o adjetivo global surgiu no começo dos anos 80, em grandes escolas americanas, posteriormente popularizado nas obras e artigos de consultores em estratégia e marketing, oriundos destas mesmas escolas. Chesnais (1996: 23-43) apresenta o estudo da OCDE (Desenvolvimento Econômico e Organização de Cooperação), concluindo que as características do processo de globalização exigem certas adaptações para se alcançar traços de mundialização, mostrando caminhos necessários para a adaptação ao mundo industrial.

Com o emergir dessa nova configuração econômica, assiste-se às redefinições para a inserção de mão-de-obra no mercado de trabalho, "...onde os trabalhadores menos qualificados acabam sendo mais atingidos pelo desemprego" (Filho 2001). Segundo o

Ministério do Trabalho, os índices do trabalhador da esfera formal e da informalidade indicam que “45% das pessoas que trabalham no Brasil têm carteira assinada, e os 55% restantes atuam no setor informal, sendo o lado que mais cresce na economia brasileira” (Filho 2001). Para o autor, quem perde o emprego formal e passa a trabalhar no setor informal é contabilizado como desempregado, mesmo que esteja realizando algum tipo de trabalho, o que mostra que o desemprego não significa diretamente destrabalho<sup>7</sup>. Isto leva a inferir que brasileiros buscam na informalidade uma alternativa para a sobrevivência.

Por outro lado, sabe-se que a informalidade não é um fenômeno novo, existindo desde sempre como procura de recurso próprio em defesa da própria vida. O que não se pode negar é que mudanças na ordem econômica e a exigência de novos perfis de mão-de-obra acabem por incentivar a inserção de sujeitos na esfera da informalidade. “O trabalho nas ruas, como de camelôs e de ambulantes, tornou-se a saída mais visível para os desempregados do setor formal” (Filho 2001). No entanto, a questão da informalidade se torna um desafio para os órgãos públicos, devido à dificuldades de precisar sua extensão; sabe-se que na atualidade a informalidade movimenta algo em torno de 200 bilhões de dólares, ou seja, um terço do PIB (Filho 2001).

Portanto, verifica-se que o trabalho passa a definir novas configurações que não são mais de equilíbrio, emprego e carreira: poder trabalhar significa, de algum modo, ter o direito à sobrevivência. Essa realidade leva a refletir sobre a importância do trabalho enquanto dimensão marcante da construção identitária do indivíduo na sociedade. Hoje o trabalho mostra variadas faces e não se perfaz apenas em espaços fechados, ou sob a legislação trabalhista regulamentadora. A cada dia, o trabalho ganha a rua e a cidade, oferecendo ao ser humano possibilidade de re-descoberta e re-criação de novas formas de ser e estar no mundo, que só podem ser vislumbradas como dinamismo e resistência.

Todavia, é pertinente questionar onde repousam as raízes do comércio da cidade de Belo Horizonte?

Qual a importância deste comércio para o desenvolvimento da cidade?

---

<sup>7</sup> DESTRABALHO: Termo utilizado para designar o desemprego formal, o que não significa a inexistência de trabalho.

## **CAPÍTULO II**

### **O COMÉRCIO NO REGISTRO DA CIDADE**

Este capítulo pretende discutir atividades comerciais em Belo Horizonte, privilegiando a figura do camelô. O desenvolvimento das atividades comerciais é um marco importante na história da humanidade e, muitas vezes, é o eixo agregador para a geração de riquezas e consolidação das cidades. Este se apresenta em seus mais variados desdobramentos, sejam como atividades prescritas dentro das normas legais ou atividades que se desenvolvem à margem da legalidade. Assim também, a atividade comercial em Belo Horizonte guarda momentos significativos que serão importantes para o desenvolvimento da capital mineira.

Frente a esta realidade, algumas questões se colocam: onde repousam as origens do comércio de Belo Horizonte? Quais metamorfoses o comércio da capital vem apresentando no decorrer dos anos? O que faz surgir a figura do camelô na metrópole?

### **DO ARRAIAL À CIDADE**

Nos anos 70, Belo Horizonte assiste à consolidação do comércio<sup>8</sup> na região da Savassi, esta transforma-se em um verdadeiro cartão postal da cidade.

Segundo Lemos (1988), o início da década de 70 corresponde à transformação definitiva do bairro dos Funcionários em um centro comercial, o que parece coincidir com certa saturação do comércio no centro tradicional. Observa-se que o desenvolvimento comercial da região da Savassi surge com a intenção de oferecer à população mais elitizada opções diferenciadas dos demais já estabelecidos no centro.

Relembrando Lemos (1988: 336),

---

<sup>8</sup> As informações sobre comércio poderão ser encontradas - Belo Horizonte & Comércio: Cem Anos de História e BH Cem Anos Nossa História - Estados de Minas - CD Room.

“Toda uma população de ‘nobres consumidores’ considerava um sacrilégio circular pelas ruas do centro, visto que inexistiam barreiras que os isolassem e protegessem dos demais grupos sociais”.

Neste sentido, o comércio da Savassi se revela como um comércio de requinte para pessoas elegantes, privilegiando artigos de luxo e venda de grifes famosas.

A Savassi imprimirá na cidade um novo estilo de ser e de viver: caminhar pelas suas ruas, freqüentar seus bares e restaurantes, adquirir mercadorias de suas lojas significava participar de um mundo moderno e elegante, onde as últimas novidades chegavam primeiro. A Savassi passa a se consolidar como um lugar especial para pessoas especiais.

É pertinente observar que a dinâmica dos lugares da cidade vai se revelando também a partir da determinação do uso de seus espaços para ser, estar, e principalmente comprar, o que, de algum modo, significa atrair um público específico, que fará de um determinado local um lugar especial por excelência.

Lefebvre, analisando a cidade capitalista como o lugar privilegiado do consumo, lembra:

"Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, mostras, torna-se a razão e pretexto para a reunião de pessoas; elas vêem, olham, falam, falam-se. E é o lugar de encontro, a partir do aglomerado das coisas." (Lefebvre 1991: 131)

Entretanto, não só de requinte vive Belo Horizonte. No final da década de 60, a figura do camelô é presença constante, invadindo ruas e calçadas, vivenciando conflitos com o poder público e o comércio oficializado. Dessa forma,

"Visto como verdadeira erva daninha – e com o acirramento da crise econômica também como problema social – convivendo com aproximadamente 7 mil estabelecimentos varejistas em Belo Horizonte, os Camelôs resistem às investidas para sua retirada do centro da cidade." (Belo Horizonte & O Comércio (...) 1997: 138)

Por um lado, tem-se a criação de um comércio requintado na Savassi, por outro, intensifica-se a presença do camelô, que se integra à paisagem da cidade, oferecendo

mercadorias baratas e populares. Frente a esta situação, observa-se que a cidade vai se construindo pela dinâmica da diversidade e multiplicidade, o que revela também a heterogeneidade de sua população.

No ano de 1969, tem-se a criação da feira de Arte e Artesanato na Avenida João Pinheiro, com o objetivo de fazer chegar a arte ao povo e impulsionar o artesanato mineiro. Essa feira tenta imprimir um estilo de vida contrário ao do consumismo elitizado.

Observa-se que a cidade, ao oferecer um cenário múltiplo de tendências e comportamentos, acaba por revelar a diversidade cultural e social das pessoas que aqui habitam.

Entretanto, o comércio é uma atividade que aqui existe desde os tempos do Curral del-Rei. Segundo documentos históricos, seu primeiro habitante foi o bandeirante João Leite da Silva Ortiz, que fixa sua residência tendo em vista a beleza do local e a fertilidade do solo. Apossando-se da terra, constrói a Fazenda do Cercado, cuja posse é legalizada posteriormente, através da concessão da sesmaria pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 19 de janeiro de 1711. Essa fazenda, com suas senzalas, casebres e engenhos e o desenvolvimento da agricultura, torna-se o ponto de partida para a formação do arraial de Curral-del-Rei. Esse se estabelece, também, como referência para a concentração de rebanhos vindos da Bahia e São Francisco, destinados ao abastecimento de regiões das minas de ouro. Determinações reais exigiam que esses rebanhos fossem levados para serem registrados no povoado de Abóboras, para serem contabilizados, visando posteriormente o pagamento de impostos.(Belo Horizonte 100 anos de História(...) 1997).

Em 1733, o arraial já demonstrava um desenvolvimento significativo, com construções de qualidade e fazendas que se desenvolviam através da produção agrícola e da criação de gado.

Segundo escritos do padre Francisco Martins Dias, em 1815, o arraial ocupava uma área de 95 quilômetros quadrados, com uma população de quase 18 mil habitantes, distribuídos entre os lugarejos no entorno do arraial.(Belo Horizonte 100 anos de História(...) 1997)

Por volta de 1890, a população do arraial contava com aproximadamente 4000 habitantes, com 172 casas residenciais, 16 estabelecimentos comerciais, duas escolas públicas, uma farmácia, e 31 fazendas de criação de gado, oito olarias, que fabricavam telhas, tijolos e várias pedreiras de granito e calcário, uma fundição de ferro, que empregava 40 operários, 40 fábricas de farinha de mandioca, 16 engenhos de cana de açúcar, que produziam

rapadura e aguardente, tendo também já iniciado no arraial a cultura do café e de vinha. (Belo Horizonte 100 anos de História(...) 1997)

No ano de 1828, foi implantada, na região de Curral del-Rei, uma fábrica de produção de algodão, o que torna o estado um dos primeiros produtores de algodão do Brasil. (Belo Horizonte 100 anos de História(...) 1997)

As instalações comerciais iniciaram-se de forma incipiente, em casas de madeiras, pau-a-pique, barracões cobertos de zinco, na tentativa de atender as primeiras necessidades dos moradores do arraial.

No dia 17 de dezembro de 1893 é promulgada pelo congresso mineiro, em Barbacena, a lei que estabelece a mudança da capital, que deveria ser construída na localidade do arraial. Com a promulgação da nova lei, o arraial fica próximo de sua extinção, tudo que lembra a vida de uma vila pacata passa a ceder lugar ao projeto ambicioso da construção da nova capital. (Barreto 1995: 23).

Esse projeto, com seus desafios, foi entregue à responsabilidade do engenheiro-chefe encarregado da comissão construtora, Aarão Reis. Entre os desafios coloca-se também a necessidade da criação de estabelecimentos comerciais, efetivados por iniciativa de empreiteiros para atender aos imigrantes que chegavam.

Segundo Barreto (1995), os armazéns ofereciam gêneros alimentícios e utilidades, tendo uma freguesia composta por operários em sua maioria italianos. Barreto (1995: 370) comenta: “O custo de vida era altíssimo. Não havia no arraial o menor vestígio de conforto. Tudo aqui era provisório. A única farmácia existente era a "Farmácia Abreu", instalada na Rua General Deodoro,...”.

Segundo o mesmo autor, a Rua General Deodoro era a principal rua do arraial, funcionando como um centro. Ali estava tudo que poderia representar o progresso: seu dia-a-dia era palco do contínuo trânsito de cargas de materiais para o tão esperado dia 17 de dezembro de 1897, último prazo constitucional para a inauguração da capital. É nesta rua que se encontravam as casas comerciais mais movimentadas, sendo comparada à atual Avenida Afonso Pena, devido a sua importância.

Barreto nos oferece outra cena presente na Rua General Deodoro, que revela uma modalidade de comércio exercida na época:

"Aqui passava um italiano, carregando uma lata, uma garrafa, e um funil, apregoando o “seu” Karozino”, pois era o querosene o combustível iluminativo mais comuns nas habitações locais. Ali surgia uma carrocinha gradeada,

tirada por dois bodes, em meio a uma nuvem de pó vermelho, conduzida por um menino franzino e vivo: era o Basílio d'Ávila, pequenino e empreendedor, no seu comércio ambulante de cigarros e outros artigos para fumante." (Barreto 1995: 376)

Com o progresso das obras e a construção da capital, nos fins do século XIX surge um comércio mais arrojado, capaz de suprir as necessidades não só dos trabalhadores como de estratos sociais mais qualificados, como médicos, engenheiros, entre outros.

Os estabelecimentos comerciais, além de locais de trocas mercantis, passam a conformar pontos de encontro e de lazer, como também lugar de conversas sobre negócios futuros.<sup>9</sup>

Com o intuito de promover investimentos industriais para a nova capital, no dia 9 de julho de 1895 é promulgado o regulamento referente ao decreto nº 840, que estabelece critérios para venda de lotes na área comercial da cidade. Este fixa o número de lotes a serem adquiridos por cada proprietário e também determina o prazo máximo de um ano para a construção dos referidos estabelecimentos (Barreto 1995: 407).

No entanto, a formação de um pólo comercial e industrial leva algumas décadas para se solidificar na capital. A cidade irá conviver, por um bom tempo, com um comércio incipiente, o que pode ser verificado através da presença de atividades alternativas exercidas por mascates e ambulantes.

Como comentamos anteriormente, o problema de abastecimento em Belo Horizonte é uma preocupação das autoridades desde os primórdios da construção da capital. Frente a essa dificuldade, os ambulantes irão exercer um papel fundamental na cidade. A referência a esse comércio apresenta-se da seguinte maneira:

"Mas não só o leite se vendia nas ruas: aos vendedores ambulantes cabia grande dose da responsabilidade pelo suprimento e repasse dos produtos de subsistência, necessários à vida cotidiana...". (Belo Horizonte & O Comércio(...) 1997: 72)

---

<sup>9</sup> Sobre as casas comerciais existentes a partir de 1890, consultar Barreto, 1995, pp.537-539).

Encontra-se em Lima<sup>10</sup> uma informação preciosa, que se faz reveladora da importância da presença dos ambulantes na cidade. Esses chegam a ser contabilizados e tornam-se notícia na imprensa da época:

"De porta em porta, em 1900, o *Almanaque da Cidade de Minas* registrava 129 ambulantes<sup>11</sup> de gêneros, vendendo produtos variados: lenha e capim, carnes salgadas, querosene, galinha e ovos, verduras, quitandas, leite, frutas, carnes secas, livros, roupas brancas, gorduras, cereais, peixes, cadeiras de cipó, doces."

Nesse período a prefeitura já apresenta algumas restrições à comercialização de determinados gêneros: "Era, no entanto, proibido, mesmo no subúrbio, o comércio de aves, em bandos, pelas ruas ou suspensas, de pernas ou asas atadas".<sup>12</sup>

Verifica-se que outros produtos recebiam determinações da prefeitura, no tocante ao processo de higienização, para que pudessem ser comercializados: "Doces e biscoitos deveriam ser acondicionados em caixas cobertas de vidro ou tela, fina de arame".<sup>13</sup>

A capital registra também a presença de outra modalidade de vendedores ambulantes que eram conhecidos por mascates. Segundo, os pesquisadores (Belo Horizonte(...) 1997: 74) estes eram moradores da capital ou adventícios, vendiam a domicílio produtos manufaturados, tais como tecidos, armarinhos, roupas, louças, jóias, perfumarias etc. Comercializavam a preços reduzidos, aceitando pagamento a prestações. As atividades dos mascates provocavam desconfiança, pois seus preços estavam abaixo do comércio local. Tal fato levanta a suspeita de contrabando e sonegação de impostos; além disso, esta modalidade de comércio era considerada desleal frente ao comércio oficial. Acarretando o surgimento, em 1908, de uma taxa de imposto aos mascates.

Assim, os mascates que fossem apanhados negociando sem licença da prefeitura seriam submetidos a uma multa de 100\$000. Haveria também represálias para as pessoas que hospedassem tais comerciantes. Essa nova categoria de comerciante compreendia libaneses e

---

<sup>10</sup> LIMA, J. R. de (Org), *Almanaque da cidade de Minas*. Cidade de Minas : Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1900 Nota 36, p.142. In apud *Belo Horizonte* (...) 1997 p.72.

<sup>11</sup> Os Ambulantes são comerciantes com capacidade de deslocamento de um lugar para o outro, indivíduos, geralmente brasileiros, moradores dos subúrbios e colônias da cidade. Esses comercializam mercadorias produzidas no próprio país.

<sup>12</sup> Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Legislação Municipal até 1908. Belo Horizonte, 1909. Decreto nº 10436,27 de dezembro 1900, p. 58. In apud *Belo Horizonte* (...) 1997 p.72

<sup>13</sup> Decreto nº1.367, 1908.P.57. In apud *Belo Horizonte* (...)1977, p.72.

judeus<sup>14</sup> que viam na nova capital um campo propício ao desenvolvimento de pequenas atividades comerciais, até conseguirem se estabelecer no comércio oficial.

Ainda, segundo os pesquisadores, os ambulantes e mascates ficaram malvistas pelo poder público, sendo acusados de enganar o Estado e os consumidores, através da sonegação de impostos e pelo fornecimento de mercadorias de tipo inferior na qualidade e quantidade.<sup>15</sup>

## PAISAGEM COMERCIAL DA CIDADE

A nova capital, nascida sob o signo da modernidade e do progresso, onde os lugares a serem ocupados foram previamente determinados, resguarda espaço de recriação através da necessidade real de seus habitantes. Esta realidade pode ser confirmada com o crescimento dos estabelecimentos comerciais da época, que extrapolaram o espaço previamente determinado para tais atividades. “Integrando pessoas e coisas, o comércio vai ocupando a cidade, chegando perto do ‘poder’ e de certa forma rompendo a idealizada hierarquia funcional do projeto de Aarão Reis”. (Belo Horizonte(...) 1997: 50-51).

As atividades comerciais em Belo Horizonte foram se desenvolvendo de modo a atender à demanda da população. As casas comerciais situavam-se entre as ruas Guajajaras, Bahia, Avenida Afonso Pena e Liberdade, hoje Avenida João Pinheiro. A região anteriormente prevista para a instalação da área comercial requintada acabou sendo ocupada por um comércio mais popular. (Belo Horizonte(...) 1997: 51).

Todavia, nos anos 20, a região do comércio mais aprimorado da cidade respira ares de Paris, onde artigos importados e produtos da moda irão marcar a presença da elite mineira nos estabelecimentos comerciais:

"A concentração de atividade especiais na rua da Bahia, como o comércio sofisticado, cinemas e teatros, hotéis confeitarias, fez com que o local se constituísse ponto de referência predominantemente na mente dos observadores da época, particularmente na dos escritores mineiros." (Belo Horizonte & O Comércio(...) 1978: 57)

---

<sup>14</sup> Sobre a imigração judaica de Belo Horizonte ver: PFEFFER, R. S. A comunidade judaica de B.H: formação de uma identidade étnica particular numa sociedade diferenciada e plural. UFMG - BH, 1993.

<sup>15</sup> Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. Relatório apresentado Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos. Belo Horizonte, 1923, p.44. In apud *Belo Horizonte* (...) 1997, p.74.

Nesse período, a Rua da Bahia revela um sentido de sedução e magia, sendo considerada um lugar distinto por excelência, onde estavam casas comerciais para os gostos mais apurados. Nessa mesma rua encontrava-se o famoso Bar do Ponto, lugar de bate-papo e encontro obrigatório com os amigos, abrigando notadamente a presença da elite intelectual da movimentada década de 20.

Nava lembra, em Beira-Mar, o relevo do Bar do Ponto:

"O café chamado Bar do Ponto estava para Belo Horizonte como o Brahma para o Rio. Servia de referência. No Bar do Ponto. Encontros de amigos, encontros de obrigação. O nome acabou extrapolando, se estendendo, ultrapassando o estabelecimento, passando a designar o polígono formado pelo cruzamento de Afonso Pena com Bahia – local onde termina também a ladeira da rua dos Tupis. Enraizou-se tanto na toponímia da cidade que fez desaparecer, imaginem! O nome do Alferes – Praça Tiradentes – que figurava nos antigos mapas de Belo Horizonte." (Nava 1985: 04)

Conforme Siqueira (1966: 149), os cafés vão se tornar ponto de encontros diversificados, onde as relações de sociabilidade aconteciam sem referenciar grupos específicos.

Ainda segundo Siqueira (1996), os cafés, além de espaço confirmado de sociabilidade, possuíam outro atributo, acabando por selecionar seus frequentadores a partir de suas preferências, o que pode revelar traços característicos ligados a interesses distintos:

"... os integralistas no Paris, os jornalistas no Java ou os investidores que buscavam informações negociavam papeis, títulos e fechavam contratos com Arlindo Pardini no Café Acadêmico, filho da proprietária do estabelecimento. Os grupos dos literatos modernos e sonhadores elegeram como o seu café aquele que havia de mais chic na cidade, o Café Estrela." (Siqueira 1996: 152)

A importância da existência dos cafés já é evidente em tempos anteriores, sendo presente na memória da cidade:

"A 14 de julho de 1897 registrou-se um acontecimento notável para aqueles dias incipientes de Belo Horizonte: inaugura-se o Café Mineiro (o Bar do Ponto do nascer da cidade), propriedade, do Sr. Paulino da Fonseca Saraiva, que depois o transferiu aos Srs. Barcala & Diniz, à Rua Guajajaras, dentre a Avenida da Liberdade e a Rua Sergipe." (Barreto 1995: 636)

A abertura do estabelecimento parece ter sido acompanhada de euforia e entusiasmo, o que fica registrado pela imprensa da época:

"Bravos, Belo Horizonte, bravos! De dia em dia tu te tornas mais garrida, mais confortável, verdadeiramente possuída do teu papel de capital. Enquanto Ouro Preto murcha tiritando na garoa das suas noites silenciosas, tu Belo Horizonte, pensas em iniciar a vida noturna e já o 'Café Mineiro' não é nada mal para a aprendizagem." (Barreto 1995: 637).

Na década de 20, a Rua da Bahia, com as instalações do comércio sofisticado, abriga lojas de esmero como Parc Royal, proclamada como *o grande tabernáculo da elegância mineira*; nessa mesma rua encontram-se joalherias, bebidas finas, frutas, jornais e revistas etc.(Belo Horizonte(...) 1997: 51).

É também na Rua da Bahia que serão comercializados os primeiros automóveis que circularão pela capital mineira, como: Bleriot, Renault e Ford, através da Casa Arthur Haas.

A propriedade do Sr Arthur Haas é lembrada nas memórias de Nava, interligada a toda magnitude e esplendor que aquela região revelava ao autor:

"Ainda parado, olhava os altos de Tupis onde começava o céu, quando acabava a rua. Azul de dia. Ourrissangue, de tarde. Outra vez palmeiras, fícus, árvores da beira da calçada. A esquina do Seu Arthur Haas. Dali quem atravessa Bahia, pisa no trecho mais importante de Belo Horizonte. As lajes de Afonso Pena que vão desse canto ao de Tupis. Nela se abriam as portas de três instituições. Eram as elegantíssimas casas de artigos masculinos, a Sapataria Central, propriedade, primeiro, dum lusíada chamado Albino e, depois, de Joaquim Meirelles; a Papelaria e Livraria Oliveira, Mesquita & Companhia; finalmente, o café, o nosso Bar do Ponto." (Nava 1984: 05)

Nava refere-se às lajes de Afonso Pena, devido ao calçamento da cidade de Belo Horizonte ter se iniciado no perímetro que compreende essa região.

Na primeira década do século XX, o comércio da cidade já mostra necessidade de organização quanto ao seu horário de funcionamento. A 2 de maio de 1912, a presidência do Estado publica o decreto nº1.517, que estabelece o horário de funcionamento das casas comerciais em áreas urbanas e suburbanas: podem funcionar até 21h30 nos dias úteis, sendo que nos feriados e domingos o fechamento deveria ocorrer às 12:00h, estando excluídos desses horários farmácias, hotéis, casas de alimentação, confeitarias, padarias e bares.

Essa determinação passa por modificações dois anos mais tarde, devendo o comércio aos domingos permanecer fechado por todo o dia, e nos feriados o fechamento deveria acontecer às 16 horas. Em 1908 surgem as primeiras modificações no decreto nº1.517, pela via do decreto nº2.183, determinando o fechamento do comércio às 20:00 horas. Posteriormente a Lei nº41, promulgada em janeiro de 1910, estabelecia o prazo limite para o fechamento do comércio, às 21:00 horas, permitindo nos feriados o funcionamento até às 16:00 horas. Os estabelecimentos que estariam fora dessas determinações eram as farmácias, padarias, charutarias, bilhares e cafés.

No ano posterior, a lei nº53 estabelece a redução do funcionamento do comércio nos dias úteis para as 20:00 horas, podendo os barbeiros manter seu atendimento até 23:00horas, próximos a feriados e domingos. (Belo Horizonte(...) 1997: 64)

Percebe-se que essas determinações do poder público não foram suficientes para satisfazer aos comerciários, os quais, em 1912, reivindicaram, em greve, a redução da jornada de trabalho. Posteriormente, em 1918, movimentar-se-ão novamente pela mesma causa, saindo às ruas em passeatas, pedindo redução da jornada de trabalho para as 18:00 horas. Os trabalhadores saíram vitoriosos, conseguindo a sanção da lei que penalizava os transgressores com uma multa de 30\$000. A movimentação revelou que a classe de comerciários ou 'caixeiral' como era conhecida na época, mostrou-se capaz de se unir no tocante à conquista de seus direitos. Pode-se inferir que o trabalho dos comerciários na nova capital vai se revelando uma atividade que merece reconhecimento e respeito, devido à relevância do comércio para o crescimento da cidade.

Na década de 20, a atividade comercial mostra-se tão promissora que, em 1921, é criada a Escola do Comércio com intuito de capacitar pessoas para o exercício dessa atividade. (Belo Horizonte(...) 1997: 51)

Entretanto, Belo Horizonte, ainda na década de 20, enfrenta problemas de abastecimento de gêneros alimentícios, não havendo oferta suficiente para suprir a população. No ano de 1925, essa situação propiciou a união de forças entre presidente do Estado, prefeito da cidade e presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, deliberando que o controle

e distribuição de gêneros alimentícios estariam sob a responsabilidade da prefeitura durante período de crise. (Belo Horizonte & O Comércio(...) 1997: 78)

A Associação Comercial de Minas Gerais<sup>16</sup>, entidade criada e idealizada desde os primórdios da capital posiciona-se frente à problemática do abastecimento:

“... a entidade teve de pressionar autoridades municipais e estaduais para reprimirem comerciantes inescrupulosos que estocavam sacas e mais sacas de arroz à espera da alta dos preços” (Pereira & Faria 2001: 32).

A questão do abastecimento deficitário em Belo Horizonte não é uma realidade nova, existindo desde o período da construção da capital, o que leva o poder público a tomar iniciativas para tentar solucionar o problema.

Frente a essa dificuldade, o poder público promove o incentivo da produção de lavoura nos arredores da cidade. Em 1900 é construído o Mercado Municipal, inaugurado em 6 de outubro daquele ano (instalado onde hoje funciona o terminal rodoviário da cidade) sendo considerado um marco na vida comercial da capital. Seu funcionamento acontecia em horários estabelecidos para as vendas a varejo, sendo o sistema de carga e descarga organizado de acordo com os gêneros. A legislação que controlava e organizava as atividades comerciais no mercado visava também regular os horários de funcionamento dos estabelecimentos ali localizados.

A criação do Mercado Municipal parece solucionar, por algum tempo, o problema de suprimento de gêneros alimentícios na capital. Todavia, com o crescimento da população, as demandas aumentam, e o próprio sistema de carga e descarga de produtos passou a não funcionar, regularmente, dentro da legislação prevista.

Nesse período começam a aparecer as feiras livres, tentativa que tinha por objetivo desafogar o mercado, mas que não funcionaram conforme o esperado. Retornam à cidade no final dos anos quarenta, e o poder público procura implementá-las, mas essa atitude levanta controvérsias. Os comerciantes argumentavam que essa atividade era prejudicial aos cofres públicos devido à isenção de impostos e à concorrência considerada desleal frente aos comerciantes locais. Os representantes do setor público argumentavam que as feiras seriam

---

<sup>16</sup> Sobre a Associação Comercial ver: PEREIRA, Lígia M. L & FARIA, Maria A. Associação Comercial, de Minas, Uma História de Pioneirismo e Desenvolvimento. Belo Horizonte: Associação Comercial de Minas, 2001p.456.

uma alternativa face ao problema de suprimento de víveres que Belo Horizonte enfrentava. Neste período, a presença de mascates e ambulantes vai representar um papel significativo.

Contudo, a década de 30 ainda apresenta o comércio ambulante como um problema para o poder público. Este o torna objeto de regulamentação: o decreto nº 79, de 21 junho de 1931, obrigava mascates e ambulantes a cuidarem da limpeza dos locais em que estacionassem, ficando seus utensílios para o transporte de mercadorias submetidos à aprovação da polícia sanitária. Caso não estivessem dentro das normas de higienização, deveriam ser rapidamente removidos. (Belo Horizonte(...) 1997: 85).

Porém, em 1934, será proibido estacionar em vias públicas para fins comerciais (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte 1956: 131). Posteriormente, as vendas deveriam ser realizadas de modo rápido, não podendo efetuar-se em frente às casas comerciais que vendiam produtos similares (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte 1936). No ano de 1935, o comércio dos mascates recebe novas determinações, podendo funcionar a partir de 8 horas devendo encerrar as atividades às 17h30.

Os tropeiros que vinham para a cidade comercializar suas mercadorias também são objetos de regulamentação pelo poder público. Estes só poderiam estacionar nas dependências do mercado municipal, ou locais previamente determinados pela prefeitura (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte 1936).

Também devido à situação conflitiva que as feiras suscitavam, por falta de normas, em 1949, elas se tornam objeto de regulamentação, sendo o horário de funcionamento fixado pela prefeitura. Exigia-se uma autorização para licenciar os feirantes. A título de gratuidade, com isenção de impostos, os feirantes teriam de provar sua condição de lavradores, além de cumprir os itens da regulamentação exigida.

Dez anos depois, parece que apenas uma parcela inexpressiva dos ocupantes das feiras era constituída por agricultores, enquanto a maioria adquiria produtos para revenda no mercado municipal. Pode se inferir que o pretense incentivo à produção de pequenas lavouras não alcançara o objetivo almejado.

Frente à dificuldade de abastecimento, os ambulantes irão exercer um papel fundamental para preencher essa lacuna existente na cidade.

Conforme apontado anteriormente, a década de 20, mesmo apresentando sérios problemas de abastecimento, constitui-se como um marco para a implementação e crescimento das atividades comerciais na capital. Assiste-se à instalação de usinas siderúrgicas em municípios em torno de Belo Horizonte, sendo a primeira delas a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. Posteriormente, na década de quarenta instala-se em Contagem,

região metropolitana de Belo Horizonte a “cidade Industrial”, contribuindo para o desenvolvimento da capital, atraindo investimentos públicos e privados. Também registra-se a presença de um grande contingente populacional, alterando o crescimento físico da cidade, propiciando a formação de uma nova camada de consumidores que movimentarão o comércio (Belo Horizonte(...) 1997: 83-106).

Frente ao crescimento que ganha os céus da cidade, Chacham comenta:

"Com efeito, Belo Horizonte é, nesses anos uma cidade em plena reforma urbana marcada, na verdade, por um 'surto de construções'. Trata-se de uma reforma, no entanto, muito específica, porque constante, duradoura, eterna, o que faz com que a cidade esteja sempre em mutação...". (Chacham 1996: 191)

Observa que, por essa ótica a cidade propõe mudanças e reformas, de modo a buscar sua continuidade de existência para o futuro. Dados revelam que é um período marcado por grande aumento do contingente populacional:

"Na coluna 'A Cidade' de 23 de dezembro de 1939, noticiava-se algumas informações do Departamento Geral de Estatística sobre o 'rápido desenvolvimento de Belo Horizonte'. Dentre estas, destaca-se aqui a de que, de 55.000 habitantes em 1920 e décimo segundo lugar entre as capitais mais populosas, 'dezoito anos mais tarde, em 1938, Belo Horizonte passou a ocupar o sexto lugar, com 209 mil habitantes, cabendo-lhe nesse período a maior porcentagem de crescimento, com 278%." (Chacham 1996: 195)

Os anos quarenta revelam uma cidade que se expande tanto no plano urbanístico como nos hábitos de consumo; esse período traz a marca de muitas facilidades que serão incorporadas à vida moderna. A época inaugura a comercialização de produtos como: aspirador de pó, máquina de costura elétrica portátil, chuveiro elétrico, liquidificador etc. (Belo Horizonte(...) 1997: 99)

Em 1944, havia na cidade 1.120 estabelecimentos comerciais, com 17.832 empregos diretos. Em 1946 o número de casas comerciais sobe para 1659, sendo 19.801 empregos diretos. Nota-se que neste período se configura uma expansão significativa de empregos, paralelamente ao crescimento dos estabelecimentos comerciais. (Belo Horizonte 100 anos de Historia (...) 1997)

Por outro lado, já havia na década de trinta, o incentivo para abertura de contas bancárias e o uso do talão de cheque por pessoas físicas, hábito que será incorporado pela população alguns anos mais tarde. (Belo Horizonte(...) 1997: 103).

Nesse período, o comércio se mobiliza para ampliar suas vendas. A loja Guanabara, grande casa de departamentos, lança o primeiro cartão de crédito. Posteriormente, outras casas comerciais acabarão adotando o sistema de vendas a prestações.

Mas as décadas de 30 e 40 ainda continuam marcadas pelas relações pessoais que eram comuns nas vendas dos armazéns, pelo uso da caderneta onde eram anotadas as mercadorias compradas para pagamento ao final do mês (Belo Horizonte(...) 1997: 105). Ainda assim, o crescimento populacional da cidade, os novos avanços tecnológicos e uma maior profissionalização do comércio possibilitarão uma significativa expansão comercial para as décadas subsequentes, de 50 a 70. Esses anos apresentam mudanças que serão cruciais para o crescimento econômico de Minas e a expansão comercial da capital num futuro próximo.

Nesse período, Belo Horizonte assiste a uma aceleração industrial de modo conjunto, com a instalação de várias empresas, que acabam por gerar outras possibilidades de emprego, viabilizando o crescimento do setor terciário e também das atividades comerciais:

"A política implementada pelo governo federal nesse período beneficiaria diretamente a atividade comercial belo-horizontina em dois níveis. O primeiro vincula-se à criação ou melhoria das vias de acesso à cidade: as estradas construídas ou asfaltadas permitiriam maior articulação e intercâmbio com o interior mineiro; na segunda metade da década, a inauguração das rodovias ligando a capital a São Paulo e ao Rio de Janeiro ampliou seu contato com os estados mais importantes da Federação. Sem contar ainda com a construção de Brasília, que tornou Belo Horizonte passagem obrigatória para o interior do país" (Belo Horizonte(...) 1997: 115).

Frente a essas mudanças, o governo do estado investe em infra-estrutura e transporte, na tentativa de reafirmar a capital enquanto pólo político e econômico. (Belo Horizonte(...) 1997: 116)

Na década de 60, a capital apresenta-se novamente como um lugar onde o moderno deverá buscar espaço para implementação do progresso futuro. Essa realidade pode ser verificada com a nova proposta da portaria municipal nº1.225, de 13 de outubro de 1962, que prescreve sobre a construção de lojas em galerias no centro comercial, o que possibilitará um

maior aproveitamento do espaço, viabilizando o crescimento comercial (Belo Horizonte(...) 1997: 116). Lemos, nesse sentido, lembra que:

"Os anos 60 são significativos tanto para o centro como para Belo Horizonte, em seu todo, visto que as medidas econômicas, políticas e sociais implementadas pelo governo de Juscelino Kubistchek vão-se refletir em transformações no espaço urbano. Gradativamente, o espaço horizontal cede lugar ao vertical, traduzido-se numa reestruturação e expansão dos serviços distribuídos pelo centro." (Lemos 1998: 252)

As atividades terciárias, que anteriormente concentravam-se no centro da cidade, começam seu processo de deslocamento, passando a se instalar de modo diferenciado entre as regiões norte e sul, o que delimita a clientela que esses serviços pretendiam atender.

Ainda segundo a autora, a região sul, ocupada por estratos sociais mais elevados, será o novo pólo de concentração das atividades terciárias. O comércio também irá ocupar esses espaços, na tentativa de atender ao consumo conspícuo. A década de 70 irá assistir à eclosão comercial da região da Savassi, comércio que já vinha sendo gestado desde a década de 40, com a instalação da Padaria Savassi, localizada na praça Diogo de Vasconcelos, no bairro Funcionários. (Belo Horizonte (...) 1997: 87)

Hoje Belo Horizonte conta com um comércio consolidado, apresentando-se estilos diferenciados e comercializando-se mercadorias que procuram atender à mais variada clientela, o que pode ser verificado pela diversidade comercial que a cidade oferece.

Concomitantemente ao desenvolvimento do comércio formal, a paisagem da cidade sempre foi palco de personagens que irão exercer a atividade comercial à margem da condição de legalidade, papel desempenhado por ambulantes e camelôs.

Sabe-se que essas atividades não eram cunhadas como informais, mas se acoplaram às variadas modalidades de trabalho criadas a partir do universo da necessidade de sobrevivência. Buscar compreender a atividade comercial dos camelôs na vida urbana pode significar deter-se sobre a problemática da informalidade. Isto porque nosso estudo vislumbra uma realidade cidadina, onde os camelôs são considerados trabalhadores da economia informal.

Todavia, o debate sobre a informalidade apresenta-se de modo multifacetado, abrangendo uma complexidade que hoje torna impossível pensar a informalidade através de

uma única abordagem teórica. Assim sendo, torna-se imprescindível compreender questões que se colocam acerca da economia informal.

Frente a esta realidade, algumas perguntas são pertinentes: qual o papel dos camelôs no desenvolvimento do comércio informal na cidade? Quais fatores que expressam o surgimento desse novo figurante na vida urbana? Como compreender os processos que conformam as denominações formal e informal? Como compreender a construção identitária dos camelôs? Tais questões serão examinadas nos capítulos seguintes.

## CAPÍTULO III

### INFORMALIDADE: UMA QUESTÃO EM DEBATE

A pretensão deste capítulo é discutir sobre a informalidade, na tentativa de se compreender seus desdobramentos acerca dos processos de desenvolvimento da economia informal. O que se busca é deslindar alguns aportes teóricos do debate atual sobre a informalidade. Esses serão apresentados a partir de uma ótica que procura qualificar alguns princípios e elementos definidores da informalidade. Serão apresentadas perspectivas de análise a partir de categorias que possibilitem compreender fenômenos intrínsecos à dinâmica da informalidade. Também se examinarão alguns aportes teóricos que trarão contribuições para a apreensão da informalidade na realidade brasileira.

Essas teorias serão investigadas com o propósito de iluminar a compreensão dos processos informais, implícitos e explícitos, no tocante à atividade dos camelôs na região central de Belo Horizonte.

### ALGUNS CENÁRIOS

O termo setor informal foi utilizado, pela primeira vez, através de uma pesquisa desenvolvida por Hart<sup>17</sup>. O trabalho de investigação realizado procura apreender a existência de uma população ativa de trabalhadores, os quais não faziam parte de pesquisas que contabilizavam o número de pessoas empregadas.

Segundo Charmes (1977: 64), o conceito surge tentando compreender a existência de atividades de uma camada da população, que tem por objetivo propiciar renda para a sua subsistência. Representa um estrato social das cidades do terceiro mundo, sujeitos que foram

---

<sup>17</sup> Trabalho de K HART, apresentado em 1971, *Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana. África. Oportunidades de renda em emprego urbano*. Tradução nossa.

vítimas do êxodo rural provocado pelos processos de modernização, industrialização e urbanização crescentes nas cidades.

Posteriormente, o conceito estende-se à diversidade de pequenas atividades, que devido à tradição ou à sua característica de espontaneidade, permaneceram fora dos processos de legalização ou de outras formas de registro.

Segundo Azevedo (1981), na tentativa de se compreender a complexidade da informalidade surgem duas posições: a primeira enxerga o subdesenvolvimento como fruto do desenvolvimento capitalista, ou seja, este é o resultado da inserção de sociedades periféricas no capitalismo mundial; a segunda está ligada à teoria da modernização, que enxerga o subdesenvolvimento como um modo, retardado, do desenvolvimento, abrigando assim estruturas pré-capitalistas, com a coexistência de setores tradicionais e modernos. (Azevedo 1981: 51-52)

As duas teorias apresentam posicionamentos que abrem campo para algumas considerações: a primeira está ligada à teoria da marginalidade, segundo a qual se imputa o rótulo de marginal ao setor informal, destinado a não participar do setor produtivo da economia formal. Devido à desvantagem que aquele enfrenta nos processos de produção, por utilizar de tecnologias obsoletas, não se encontra em condições de competir com um mercado mais eficiente e mais moderno.

A segunda teoria atribui o crescimento da informalidade ao desempenho deficitário da economia, que acaba por deflagrar o desemprego urbano. Nesta interpretação, a migração para a informalidade seria uma alternativa de trabalho do desempregado. À medida em que o desemprego for superado pela adequação do sistema econômico, possibilitará a alguns trabalhadores a volta à condição oferecida pelo trabalho formal. Segundo Siqueira (1998: 13):

“Essa situação de crise é vista como transitória, e a tendência seria de uma modernização e adequação da economia que absorveria parcela dessa mão de obra”.

Essas abordagens acabaram por provocar controvérsias, visto que nenhuma delas iluminava uma compreensão concreta, do real dinamismo da informalidade.

A partir da década de 70 e nas décadas subseqüentes, o debate sobre a informalidade irá inflamar autores com abordagens conceituais que apresentam algum consenso, mas resguardam também particularidades e diferenciações.

Charmes (1977: 65) faz uma pergunta relevante sobre o debate anterior, no tocante a teoria da modernização: “... não estavam elas fadadas a desaparecer com a modernização, a industrialização e a inevitável generalização do trabalho assalariado?”.

Segundo o autor, durante as décadas de 70 e 90, o conceito de informalidade foi objeto de inúmeras polêmicas, por vezes vãs. Entretanto, não foram capazes de deslocar o ponto de vista das interpretações dos estatísticos e também dos analistas de organismos oficiais de coleta estatística, que buscam a mensuração do fenômeno. Este apresentava um crescimento demonstrando um papel importante no drible ao desemprego e no crescimento do produto interno bruto (PIB).

A crise provocada pela estagnação dos processos de industrialização, presente nesses últimos vinte anos, gerou efeitos diferenciados no mundo em desenvolvimento, traduzidos em ajustes que afetam as estruturas da economia e da própria sociedade.

Pode-se observar alguns efeitos desses ajustes em países onde as atividades tradicionais haviam sido quase superadas através do trabalho assalariado, assistindo-se ao desenvolvimento de pequenas empresas e, também, ao fenômeno do trabalho autônomo ir ganhando importância e novos contornos.

Ainda assim, segundo Charmes, a economia subterrânea, o trabalho clandestino ou não declarado desenvolveram suas atividades.

Neste contexto torna-se necessário explicitar as origens e os elementos buscados para uma definição internacional do conceito de informalidade, visto que não é possível mais compreender a informalidade como uma simples teoria da marginalidade, explicada pelo processo de mundialização.

Segundo Charmes (1997), a Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, instituição que se reúne desde 1923, sob o patrocínio do Banco Mundial Bureau International du Travail (BIT), é a entidade encarregada de fixar as normas internacionais para a pesquisa estatística referente ao trabalho. Suas decisões se colocam como recomendações, sem caráter obrigatório, mas assiste-se a uma tendência de aplicação destas recomendações. Conseqüentemente, o emprego informal e o setor informal passam a fazer parte dos debates dessa Conferência, que adotou novas resoluções sobre o tema, passando a se constituir como uma inovação original.

Pela primeira vez, a entidade discutiu um novo conceito de população ativa, chegando aos seguintes termos:

"...que tem sua origem na realidade dos países em desenvolvimento; que não se refere somente às características do indivíduo, mas que leva em conta as características próprias da atividade exercida; que ultrapassam as diversas formas de subemprego, impróprias para descrever uma realidade complexa" (Charmes 1996: 66).

Charmes comenta:

"até agora os primeiros conceitos de população ativa, foram elaborados tendo como base os países industrializados, e também sob as considerações, do emprego assalariado de característica regular em tempo integral e o desemprego indenizado" (Charmes 1997: 66).

Esses debates tiveram o objetivo de tornar reconhecida a condição dos países em desenvolvimento, para que pudessem fazer parte das definições e recomendações.

Em relação ao emprego informal, surge a tendência para se criar um conceito capaz de explicitar situações específicas dos países em desenvolvimento. Conceito esse que demarcaria uma realidade possível de se apreender nos países que foram industrializados ao longo dos últimos anos.

Portanto, pode se apreender o conceito de emprego informal:

"O conceito de emprego informal refere-se a características da atividade exercida pelo indivíduo ou da empresa na qual ele a exerce. Neste sentido é totalmente diferente dos outros conceitos de população ativa, que se referem a características individuais. Uma mesma atividade ou uma mesma empresa não podem fazer trabalhar indivíduos que, para alguns, seriam classificados no emprego informal e, para outros, no emprego formal. É a unidade econômica como um todo que deve ser classificada em um setor ou em outro." (Charmes 1997: 67)

Segundo Charmes, se essa realidade fosse vista de outra forma, o conceito não apresentaria novidade nenhuma, como elemento realmente novo para se conhecer a estrutura da população ativa. Simplesmente reutilizaria recursos e classificações já existentes como: subemprego invisível, trabalho com referência ao nível de renda, ou outras sub-classificações de assalariados registrados e não registrados. Por outro lado, o setor informal não pode ser assimilado às outras modalidades de subemprego, pelas seguintes razões:

"Determinadas atividades informais podem trazer rendas substanciais durante uma certa duração de tempo inferior àquela que serve para definir o subemprego invisível; os resultados das pesquisas recentes e adaptadas às situações que se tentou descrever mostram que as rendas dos pequenos empresários do setor informal podem ser amplamente superiores aos salários dos empregados do setor moderno; comparações entre vários países mostram que, nesse campo, o setor informal também não é sinônimo de subemprego invisível." (Charmes 1977: 68).

O autor chama atenção para o fato de que o “emprego informal situa-se em outro plano, diferente daquele do subemprego, cujas diversas formas não poderia descrever completamente, e sem ambigüidades, por ser uma realidade complexa e móvel” (Charmes 1997: 67).

Observa-se que o conceito de informalidade, trabalho informal, apresenta uma realidade tão cambiante que se torna difícil estabelecer um conceito que abarque sua diversidade.

Charmes comenta as resoluções referentes às estatísticas de emprego no setor informal, delineadas na Conferência Internacional do trabalho, em 1993.<sup>18</sup>

"O setor informal é constituído das unidades econômicas que produzem bens e serviços em vez de criarem, principalmente, empregos e rendas e que trabalham em pequena escala, com baixo nível de organização e uma tênue divisão entre trabalho e capital, relações de trabalho que cobrem estritamente as relações de parentesco, relações pessoais, sociais, relações muito mais ocasionais do que permanentes, contratuais e garantidas. São empresas individuais, cujos ativos, despesas e compromissos são dificilmente dissociáveis daqueles de seus proprietários. Por isso mesmo, essas empresas não visam, necessária e deliberadamente, esgueirar-se das obrigações legais e são distintas da economia dita subterrânea" (Charmes 1997: 68).

Segundo o autor, através dessas características gerais, foi possível uma definição operacional do setor informal, que possibilita uma observação estatística em países onde as empresas informais exercem um papel importante em níveis de emprego e contribuição ao PIB, necessitando-se de uma consideração específica relativa a esse setor na modelação macroeconômica e nas políticas setoriais. Essa definição operacional apresenta-se como um subconjunto do setor institucional das famílias na Contabilidade Nacional, sendo constituída,

---

<sup>18</sup> TRAVAIL dans le monde (1993). Genève: Banco Mundial, Bureau international du Travail. 111p.

também, por uma fração de empresas individuais, que fazem parte do setor institucional das unidades familiares.

As empresas consideradas informais possuem as seguintes características:

"... as empresas familiares ou empresas informais de pessoas que trabalham por conta própria ", empresas individuais que não empregam assalariados de maneira contínua, mas podem empregar trabalhadores familiares e/ou assalariados ocasionais" .Por razões operacionais "... e, segundo as características nacionais", essa categoria pode compreender todas as empresas desse tipo, ou somente aquelas que não estejam registradas nas formas específicas da legislação nacional como, regulamentações comerciais, fiscais profissionais, etc. "Quanto à população ocupada no setor informal:..." É constituída de todas as pessoas que, durante o período de referência, possuíam um emprego em pelo menos uma unidade do setor informal, independentemente da situação na profissão e do exercício principal ou secundário dessa atividade." Recomenda-se estabelecer uma distinção entre população exclusivamente empregada no setor informal da população empregada por vezes no setor informal e também fora dele; e nesta última categoria, a população principalmente empregada no setor informal e aquela secundariamente empregada nesse setor." (Charmes 1997:70)

Ainda segundo Charmes (1997), a produção não mercantil pode ser excluída do setor informal, incluindo-se ou não os trabalhadores domésticos de acordo com circunstâncias nacionais, mas recomenda-se que seja atribuída uma categoria separada em relação às profissões técnicas ou liberais.

Portanto, no que se refere a trabalhadores externos que se ligam às empresas através de subcontratação, mas trabalham fora do local e do ambiente utilizado pela empresa, realizando tarefas em domicílio ou quaisquer outras, estes, para serem considerados trabalhadores informais, dependerão da vinculação ou condição de pertença do setor ao qual estão ligados.

A Conferência Internacional do Trabalho procurou, através das formulações destes conceitos, abranger uma realidade mutante e multiforme que pudesse ser encontrada em diversos países.

Há outros pensadores que irão se debruçar na tentativa de compreensão do dinamismo da informalidade. Entre eles, Bagnasco (1997), que acredita ser difícil a elaboração de uma teoria para precisar a informalidade, mas considera ser possível e preferível estudar aspectos informais de processos específicos e a estruturas econômicas que estariam ligados a estes.

O autor propõe o exame de tipologias que são cada vez mais usuais no estudo da informalidade. Não são constituídas como um corpo teórico para se pensar a informalidade,

mas se colocam como artifícios úteis para uma compreensão de áreas problemáticas em pesquisas econômicas, contemplando aspectos informais importantes.

O referido autor trabalha com um primeiro modelo, idealizado por I. Sachs<sup>19</sup>, com o objetivo de estabelecer uma tipologia da variedade de situações que são criadas para elaborar um campo de investigação da “economia oculta” capaz de facilitar o estudo comparativo. Este modelo procura cruzar dados entre os fenômenos de produção fora do mercado e os demais mercados paralelos que estão envolvidos no processo.

Segundo o autor, o primeiro modelo apresenta as seguintes características:

1. refere-se à economia doméstica, na qual o trabalho não é registrado, sendo os bens e serviços consumidos na própria família;

2. refere-se à economia de mercado pública ou privada, podendo incluir o setor cooperativo, mantendo relações entre mão-de-obra interna ou externa ao mercado oficial e mão de obra do mercado oficial;

3. está diretamente ligada ao setor de intervenção estatal direta, que inclui tanto a função tradicional quanto as formas modernas expressas de bem-estar social. Esta pode ser considerada como uma atividade governamental que se dirige a uma gama variada e abrangente da população;

4. refere-se a pequenos produtores autônomos e à economia de famílias agrícolas, podendo utilizar-se de mão de obras, bens e serviços não legalizados;

5. refere-se a mercados paralelos como "bicos" e serões. Têm como linha de fronteira uma relação entre mercados oficiais e paralelos, podendo apresentar variabilidade empírica, dependendo do contexto institucional e legal a que estejam vinculados;

6. representa a economia comunitária, que pode ser vista através de obras assistenciais e comunitárias, relações de trocas na área rural etc;

7. define a economia doméstica que atende às necessidades através dos próprios recursos, em detrimento da economia de mercado. Essa apresenta uma tendência de inclusão de mercadorias, bens e serviços oferecidos pelo mercado oficial, como: aparelhos elétricos, carros etc.

Segundo o autor, o modelo apresentado revela os principais componentes da questão da informalidade. Por ser essencialmente descritivo, não apresenta relações entre os vários tipos de economia informal (Bagnasco 1997: 20-21).

---

<sup>19</sup> Citado por Bagnasco em 1997

Posteriormente, o autor apresenta outro modelo menos abrangente, mas capaz de expressar as relações existentes entre os tipos diferenciados, apresentados na dinâmica da informalidade. O modelo foi criado e revisado em diversas ocasiões por J. L. Gershuny e R. E. Pahl. Neste modelo, o termo “economia informal” é usado para incluir três áreas de fenômenos.

A primeira é a economia doméstica, produção elaborada sem o propósito de venda, criada em geral por membros da família. A segunda trata da economia subterrânea oculta ou negra, em que a produção total ou parcial é realizada para troca ou venda, podendo ser declarada de modo parcial (devido à fiscalização) ou ser totalmente ocultada. Finalmente, tem-se a área da economia comunitária, produzida por um indivíduo ou grupo, sem a finalidade de venda ou permuta, sendo que estes produtos poderiam ser obtidos por outros meios e os produtores não são os principais consumidores.

Segundo o autor, economias como essas sempre existiram, o que varia é a relação entre a informalidade e a formalidade que se desenvolve em ritmo diferente, mas há razões para se acreditar que a economia informal crescerá às expensas da formal. É possível fazer tal previsão visto que: “... durante os últimos 150 a 200 anos, o aumento da produção tem estado associado ao desenvolvimento tecnológico e organizações de grande porte”. (Bagnasco 1997: 22).

Todavia, essa tendência está chegando ao fim, visto que: “...novas tecnologias tornam a produção mais barata, mais eficiente e até mesmo mais rentável quando organizadas em escalas pequenas” (Bagnasco 1997: 22).

O autor argumenta que mudanças institucionais - legais, como as da previdência social, das leis trabalhistas e demais taxas, acabam por encorajar a tendência de crescimento que a produção dos serviços parece seguir. Por outro lado, se o custo da mão de obra mantiver-se inalterado, o custo dos serviços apresentaria uma elevação mais rápida, se comparado ao custo das indústrias, que tenderiam a apresentar baixo crescimento de produtividade, sendo assim, uma possível abertura de crescimento para os processos de informalidade, em detrimento da formalidade.

O trabalho de Bagnasco procura analisar conclusões elaboradas a partir de estudos de fenômenos vivenciados por empresas italianas na década de 70. Estas começaram a apresentar sinais de estagnação, e paralela e essa realidade, o setor da informalidade cresceu, ocupando determinados campos deixados pela formalidade.

Todavia observou-se uma demanda do setor de bens e de consumo não padronizados, o que provocou um processo de reavaliação da pequena empresa, observando-se que esta

rompia com quase todas as regras de formalidade como: evasão fiscal e infração das leis trabalhistas, combinados com processos de produção e de consumo enraizados nas relações familiares e comunitárias, baseadas em modos flexíveis de organização.

Entretanto, a pesquisa revelou que a mobilização do mercado fez surgir uma economia regulada pelo próprio mercado de trabalho, conectado com mecanismos de reciprocidade. Em segundo plano estavam as famílias agrícolas, que apresentavam uma unidade de produção orientada para o mercado, sendo que as antigas comunidades locais tinham se tornado áreas de produção industrial qualificada.

Essa economia mostrou-se capaz de crescimento quantitativo e também uma capacidade de modernização de sua própria estrutura, em momentos nos quais a relação entre formal e informal passava por transformações significativas. Nota-se que, essas economias mostraram-se capazes de adaptação tecnológica às suas necessidades de produção.

Como se vê, as posições teóricas que se articulavam tentando compreender a dualidade econômica entre tecnologia avançada e tecnologia obsoleta, não abarcavam a diversidade que os fenômenos parecem suscitar. Todavia, as categorias apresentadas colocam-se como importante tentativa de apreender o sentido da informalidade na atualidade. É quando Bagnasco (1997: 16) coloca um questionamento: "... De quais conceitos e teorias precisaríamos para compreender a dinâmica existente entre o formal e o informal?".

Mas, ele reflete que: "... a economia informal em si não parece ameaçar o processo da economia formal, deixando dúvidas sobre alguma sobreposição da informalidade sobre a formalidade" (Bagnasco 1997: 29).

Portanto, as teorias sobre a modernização não são precisas no que pretendem iluminar, a problemática na atualidade, tornando-se necessários estudos que possam exprimir a diversidade da realidade. Mas, se por um lado, a economia informal pela sua diversidade inviabiliza uma construção teórica, por outro, demarca um enraizamento da economia informal nas estruturas políticas, com seus desdobramentos nas tomadas de decisões no tocante às estruturas formais e informais da economia.

## OUTRAS REALIDADES

Na tentativa de esclarecer a relação entre as diversas abordagens sobre a questão da informalidade no Brasil, Cacciamali argumenta que:

"O uso do setor informal, desde a sua origem até os dias de hoje, vem sendo aplicado, na literatura especializada, muito mais para denominar formas heterogêneas de produção e de trabalho não usuais às empresas tipicamente capitalistas ou dos serviços prestados pelo Estado, do que associado a um fenômeno específico e bem definido do espectro produtivo ou do mundo do trabalho contemporâneo" (Cacciamali 1994: 217).

Segundo a autora, o conceito de informalidade não é um conceito consensual entre os analistas, acabando os estudos por apresentarem distinções entre tipos e formas de trabalhos ligados a atividades econômicas de baixa produtividade.

Para a autora, torna-se relevante considerar que mesmo após 20 anos de o termo ter sido cunhado, as sete condições originais que apresentavam delimitações interpretativas para análise da dinâmica da economia informal ainda fazem parte das discussões e das controvérsias contemporâneas.

As condições originais podem ser encontradas em trabalhos datados de 1972, circunscrevendo: facilidade de ingresso; origem de aporte próprio de recursos; propriedade familiar; pequena escala de produção; uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado.

Cacciamali considera importante fazer ressalvas quanto aos critérios apresentados acima, devido às dificuldades e controvérsias que a inserção na informalidade apresenta. Frente à problemática, a autora argumenta que a hipótese de facilidade de entrada quase sempre não condiz com a realidade em sua totalidade. Por outro lado, a participação em mercados, supostamente não regulamentados, ocorre com o intuito, na maioria das vezes, de fugir a impostos ou outros custos. Também, as empresas familiares não possuem, sempre, características unívocas e os recursos muitas vezes não são do proprietário etc.

Portanto, a opção teórica adotada pelo conjunto dos estudiosos, principalmente no Brasil, aponta para metodologias inovadoras, na tentativa de maior alcance das diversidades

apresentadas pela realidade. Os órgãos responsáveis por essas metodologias são: OIT (Organização Internacional do Trabalho), SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) e IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A autora apresenta, também, critérios utilizados para se definir a informalidade na ótica da pequena produção mercantil. Estes apresentam as seguintes características: o proprietário direto do negócio é possuidor dos instrumentos, dos estoques de bens e das qualificações necessárias para o desenvolvimento do trabalho ou atividade. Não há divisão clara entre capital/trabalho e esta pode existir ou não. O empregador direto pode empregar a si, engajar familiares e demais pessoas para desenvolvimento das atividades. Ele participa tanto do gerenciamento quanto da produção.

O trabalhador informal mantém e gerencia seu negócio muito mais em virtude do emprego do que da busca de uma rentabilidade competitiva. O modo de produção informal não se prima por relações profissionais, interpessoais, mas visa o total controle de todos os envolvidos no processo de produção. Entende que esta relação privilegia eficácia do trabalho, garantindo qualidade de vida e renda a ser adquirida.

Esse tipo de trabalho pode apresentar características de fragmentação nas tarefas exercidas, mas isto não impede que o produtor conheça toda a extensão do processo de produção para se chegar ao resultado final.

A renda adquirida pelo trabalhador/produtor na atividade informal fica determinada pela viabilidade do mercado no qual se insere e não pelo mercado de trabalho. Ou seja, o custo oferecido pela oportunidade de ingressar na informalidade irá influenciar “... diretamente o tamanho e o valor do mercado de bens e serviços por meio dos níveis de salários e da massa salarial de seus clientes”. As rendas adquiridas pelas pessoas envolvidas no processo, quer sejam os trabalhadores diretos ou os demais, são condicionados ao mercado e às condições gerais que envolvem o andamento dos negócios (Cacciamali 1997: 221 e 222).

Segundo a autora, existem algumas categorias analíticas que possibilitam delimitar a dimensão da informalidade no Brasil. Empregadores, empregados com carteira assinada, empregados sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem qualquer remuneração, exceto profissionais liberais, todos podem integrar o setor da informalidade.

Um recorte operacional, no intuito de se compreender a amplitude da informalidade, requer o estabelecimento de alguns critérios: nem todos os trabalhadores que são empregados sem carteira assinada participam do setor informal, seja como ajudante em algumas atividades

ou mesmos aqueles que trabalham em empresas capitalistas, que contratam trabalhadores de modo ilegal.

Entretanto, neste caso, a lógica a ser considerada é a do mercado de trabalho e não da experiência individual, podendo futuramente esses indivíduos se inserirem como produtores em atividades informais. A categoria dos empregados sem carteira assinada agrega também funcionários que estão em cargos administrativos diretos, estando sujeitos à regulamentação específica no mercado de trabalho, mas que no ato da pesquisa não possuem este documento.

O quadro do IBGE não estabelece nenhuma distinção que permita através das várias tabelas, separar esse grupo do restante dos assalariados contratados de modo ilegal. Já a categoria dos trabalhadores sem remuneração é distinguida como composta por pessoas que participam de atividades assistenciais voluntárias, sem vinculação familiar.

Outra categoria pode ser verificada através dos empregados com carteira assinada, exercendo atividades informais, encontrados na posição de ajudante, registrados legalmente. Entretanto, os dados que são apresentados sobre as microempresas, não incluem trabalhadores por conta própria e também microempresários que se utilizam de mão de obra somente familiar (Cacciamali 1997: 223).

Cacciamali também tece considerações quanto ao aumento do trabalho informal na América Latina. Segundo ela, a ampliação do quadro de trabalho por conta própria pode ser visto pelo menos por quatro justificativas:

"... racionamento dos empregos assalariados, e ausência de políticas públicas compensatórias, oportunidade de ganhos superiores àqueles dos empregos assalariados de média e baixa qualificação, expansão das atividades de serviços, estratégia de sobrevivência implementada pelos indivíduos que apresentam dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho..." (Cacciamali 2000: 160).

Por conseguinte, a inserção na informalidade para recuperação dos salários e da renda dependerá tanto da demanda apresentada pelo mercado econômico, como do mercado de oferta de trabalho.

Segundo a autora, a informalidade pode ser percebida por diversos eixos teóricos e carregar, em sua interpretação, objetivos diferenciados e oferecer estudos múltiplos. Mas essa diversidade não pode ser obscurecida a ponto de negar a realidade de que parte expressiva dos

trabalhadores menos favorecidos, encontrados em quase todos os países do mundo, insere-se na informalidade, das maneiras mais complexas e variadas.

O diálogo com autores os quais partem de pontos de vista que resguardam alguma semelhança, mas cujos objetivos se dirigem para propostas distintas, não deixa de ser enriquecedor.

Charmes retoma a origem do termo informal a partir da década de 70, mostrando o dinamismo dessa discussão nas décadas subsequentes. Este se baseia em trabalhos de estatísticos e em estudos realizados por pesquisadores da economia do trabalho, que buscaram compreender a realidade controversa e multiforme da informalidade. Sendo assim, propõe princípios para se chegar a uma possível interpretação internacional da informalidade, interpretação esta que deverá ser capaz de apreender realidades diferentes em países distintos.

Na articulação de Bagnasco, há estudos que retomam trabalhos realizados na década de 70, que buscavam compreender contornos dos processos da informalidade na Itália. Este não acredita ser possível criar uma teoria sobre a informalidade mas pensa-la a partir (e através) de estudos dos aspectos informais de processos específicos e das demais estruturas econômicas, poderá contribuir para melhor visibilidade da informalidade, inclusive no Brasil.

Já Cacciamali retoma alguns parâmetros de análise em trabalhos elaborados no ano de 1972. A partir daí a autora apresenta concordância em alguns aspectos e controvérsias em outros, mostrando que as metodologias utilizadas para se perceber a informalidade no Brasil propiciou um maior avanço, tanto teórico como empírico. Estas acabaram por apresentar inovações, possibilitando analisar o setor Informal a partir de conceitos e de características de funcionamento da pequena produção mercantil, o que propiciou um maior alcance dos resultados.

Por outro lado, a autora reafirma a complexidade e heterogeneidade do setor informal, apresentando desafios e gerando controvérsias nas interpretações.

Retornando ao objeto desta dissertação, uma questão se coloca: como interpretar as atividades dos camelôs a partir da ótica da informalidade?

Como foi observado no capítulo anterior, as atividades dos camelôs não eram cunhadas como informais, uma vez que o termo só aparece nos anos 70, circunscrito ao sentido explicitado pelo aporte.

Eis que as atividades comerciais dos camelôs traduzem aspectos aqui discutidos como: empresas familiares e individuais, rompimento com as regras de formalidades exigidas pela Junta Comercial, participação em mercados não regulados, facilidade de ingresso, renda adquirida comprometida com a sobrevivência, trabalhadores sem carteira assinada; o

proprietário direto é possuidor dos instrumentos, dos estoques e das qualificações para gerir o negócio, inexistência nítida da divisão capital/trabalho, o dono do negócio; emprega a si e seus familiares etc.

Como vimos, as atividades dos camelôs sempre foram motivo de preocupação do poder público, que, ao longo das décadas, buscou meios para disciplinar e organiza-las no tocante ao uso dos espaços públicos da capital.

Entretanto, a década de 80 resguarda conquistas significativas com o sancionamento da lei 3.841, em 17 de agosto de 1984, que confere aos camelôs licença para o exercício de sua atividade. Prevêem-se os seguintes critérios:

1- a exploração de bancas de camelôs em locais públicos fica condicionada a autorização prévia da prefeitura, sendo concedida em caráter provisório, pessoal e intransferível, com vigência de um ano;

2- pagamento de uma taxa anual que funciona como alvará de licenciamento;

3- as bancas ficam submetidas a padrões determinados pela Prefeitura;

4- a expedição da licença será condicionada a um levantamento sócio- econômico realizado por uma entidade competente;

5- os camelôs que comprovarem mais de cinco anos de profissão estarão isentos do levantamento sócio econômico.

A referida lei também prevê obrigações que deverão ser consideradas pelo licenciado:

1- manutenção da banca e acessórios em bom estado de conservação;

2- porte do cartão de identidade do licenciado;

3- respeito ao espaço mínimo de 10 metros de localização entre as bancas;

4- manutenção da limpeza da área em torno de cinco metros da banca;

5- o licenciado não poderá explorar mais de uma banca;

6- proibida a venda de verduras, alimentos preparados no local e também bebida alcóolicas ou outras;

7- proibido o uso de gás liquefeito ou outras fontes energéticas.

Caso os camelôs licenciados não cumpram a legislação estabelecida, ficam sujeitos às penalidades, que vão desde a advertência, suspensão e multa, até a cassação da licença.

Posteriormente, a 12 de janeiro de 1994, é sancionada a lei 6.505 que dispõe apenas das penalidades por infração à legislação sobre o comércio nas calçadas e em vias públicas. Esta reafirma que o comércio em vias públicas só poderá ser exercido ao camelô licenciado pela Prefeitura, prevendo também advertência, multa, suspensão e cassação da licença.

No ano de 1995, por meio do decreto 8.402, a prefeitura regulamenta as leis 3.841 e 6.505. Apresentam as seguintes determinações:

- 1- o comércio em vias públicas ou calçadas só poderá ser exercido mediante autorização;
- 2- a licitação será trienal, com critérios que serão publicados no edital;
- 3- serão considerados como pontos positivos para renovação da licença, os camelôs que não tiveram pontuação negativa ou quaisquer infrações nos anos anteriores;
- 4- a quantidade de barracas, cores, modelos, dimensões e pontos para estabelecimento do comércio serão determinados pela Secretaria Municipal de Atividades Urbanas, em conjunto com as Administrações Regionais;
- 5- a distância entre as barracas fica determinada em 10 metros.

Das proibições:

- 1- instalação de bancas ou barracas na direção da faixa de pedestres e a menos de 2 metros das esquinas;
- 2- instalação de bancas/barracas em frente às instituições financeiras, joalherias, órgãos de segurança, prédios públicos e prédios tombados pelo patrimônio histórico.

Da autorização:

- 1- autorização por um ano, admitindo renovação por igual período;
- 2- para a renovação, fica-se sujeito ao laudo de vistoria e notificação do órgão responsável.

Das obrigações do autorizado:

- 1- barracas ou acessórios em bom estado de conservação;
- 2- o alvará de licença deverá ser colocado em local visível;
- 3- manutenção da limpeza ao redor da banca ou barraca.

As infrações ou penalidades serão mantidas conforme o previsto pela lei 6.505 de 1994.

Esse último decreto apresenta um aspecto diferenciador entre as demais leis pois prevê licitação trienal. As leis que organizam as atividades dos camelôs em Belo Horizonte, de algum modo, vêm reafirmar a necessidade de se organizar a ocupação dos espaços público da cidade, cujas ruas e calçadas abrigam esses trabalhadores.

Lembramos que a pretensão do nosso estudo é pesquisá-los enquanto construtores de sua identidade e de seus modos de vida, através dos quais criam uma alternativa de sobrevivência pelo exercício de atividades informais nas ruas e calçadas da capital mineira.

## CAPÍTULO IV

### CAMELÔS: TRABALHO E IDENTIDADE

A pretensão deste capítulo é construir uma memória, tendo como eixo temático a identidade dos camelôs na cidade de Belo Horizonte. Recolher experiências, introduzindo-as numa dimensão histórica, enfrenta desafios que a descontinuidade e ambivalência das lembranças hospedam (Benjamin 1985: 223-232). Todavia, o direito ao passado confere legitimidade à descoberta de mundos silenciados, mundos daqueles que não só foram despojados de poder como da visibilidade de suas lutas e resistências; daqueles cujo valor de natureza simbólica autorizam apenas abrigar pequenas memórias locais, quase residuais (Thompson 1992: 197-216). De onde interpela-se: o que é a representação de si? Essa indagação permite conectar memória e identidade.

A imagem de si está ligada à representação que se faz do outro ou dos vários outros encenados em um contexto, na medida que um ‘eu’ só se dá conta da própria existência mediante a manifestação de um ‘ele’ (Cauby 1993: 21-27).

Entretanto, trabalhar a identidade é uma tarefa complexa, face o legado que a modernidade deixou. Hoje, pode-se dizer que não existe uma identidade unívoca, mas múltiplas e distintas identidades que se atualizam e reatualizam, num processo cujas matrizes são indeterminadas. (Ciampa: 1998)

Além disso, Hall (1997: 36) observa que, mesmo “quando viermos a considerar se as identidades estão sendo deslocadas, devemos ter em mente o modo como as culturas nacionais auxiliam na ‘costura’ das diferenças em uma só identidade”.

## DA CASA À RUA

A busca de compreensão da identidade dos camelôs licitados no ano de 1993 coloca-se como tarefa importante para o entendimento da organização de seu universo sócio-cultural.

O centro comercial de Belo Horizonte é um local, por excelência, do diverso, onde a complexificação dos vários modos de vida revelam-se em um cotidiano que é palco por onde passam os mais variados transeuntes. Olhar o centro tradicional da cidade é perceber que suas ruas e suas calçadas pulsam no trânsito diário de passos apressados, mas se configura também como lugar de permanência, abrigando trabalhadores que encontram ali acolhimento para o exercício de suas atividades.

As ruas que abrigam o universo desta pesquisa são: Carijós, Curitiba, Tupinambás, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goitacazes, circunscrevendo a área central já mencionada.

Depoimentos recolhidos permitem examinar o mundo sobre a ótica dos entrevistados. Seus relatos da infância parecem tocar pontos comuns vivenciados em cidades do interior de Minas e também em metrópoles brasileiras. Nas lembranças dos entrevistados, o passado é marcado por experiência de fome, miséria e trabalho infantil:

*“A gente morava na roça mesmo, região de Governador Valadares, éramos uma família de oito irmãos. A gente ia para a roça com minha mãe para trabalhar na plantação de milho, buscar lenha, ajudando meu pai.” (Entrevista à pesquisadora)*

Este depoimento denota que a vida familiar é marcada pela presença do trabalho, que se coloca como uma necessidade para a manutenção e a subsistência. Observa-se também que os filhos são levados para a lida da roça sob a responsabilidade da mãe para ajudar o pai. Nesse sentido, a mãe parece configurar uma presença assídua, visto que ela é quem aplica os castigos e as correções devidas.

Outra narradora descreve como os papéis familiares estavam definidos: o pai era lavrador, trabalhava muito e ganhava pouco, o que parece inviabilizar o tempo para estar mais próximo dos filhos; mas, por outro lado, a mãe parece não se furtar à responsabilidade de zelar pela sua formação:

*"Ah, meu pai não tinha tempo, ele trabalhava e não batia na gente. Era mãe quem batia, porque a gente brigava com o irmão mais novo e aí apanhava. Brigava porque a gente tinha uma vida muito sofrida, era aquela vida da roça, a criança pobre, o pai lavrador, não tinha dinheiro. Era assim: fazia um serviço para o amigo dele para depois receber aquilo em troca de outro serviço; então era difícil." (Entrevista à pesquisadora)*

Uma fala mostra que a vida sofrida colocava a fome como parceira do passado, pois mesmo estando toda a família envolvida no processo de trabalho, o que se ganhava era pouco para garantir a sobrevivência.

Uma entrevistada lembra: *"Eu sei o que é olhar assim e não ter nada para comer, porque não tinha; mãe ficava triste, cozinhava banana verde e dava à gente com garapa."* A narrativa evidencia a condição de fome e de miséria, expressa através de sentimentos de tristeza, quando a mãe procura alguma saída para resolver a situação.

Há emoção que perpassa através das relações de afeto que vão sendo rememoradas. Assim sendo, veja-se o sentimento que hoje a narradora nutre pelos pais: *"Mãe é boa, eu tenho ela até hoje, uma benção de mãe; eu a amo muito. Pai está aqui também, toda a família."* A identidade articulada à presença materna pode estar ligada à proximidade que foi construída desde o período da infância, como também pela identificação com o papel feminino. O papel da mãe como lugar da expressividade e de cuidado pode alicerçar interações afetivas que se sustentam no tempo.

Barros (1999) aponta para o significado da representação do passado quando afirma que "terão maior ressonância no presente os fatos e emoções que, de alguma maneira constituíram experiência para o indivíduo, inscrevendo-se assim em seu sistema de representações" (Barros 1999: 35).

As narrativas revelam que a vinda do interior para a metrópole coloca-se como uma tentativa de redefinição e construção de uma história, e passa a configurar perspectivas e sonhos que abrem novas possibilidades de vida.

Uma narradora conta seu processo de integração à nova vida da cidade. Casa-se aos vinte e dois anos e, com a chegada dos filhos, surge dificuldade de continuar em emprego como garçone. Sua vida de dona de casa chega ao fim, em 1982, quando o marido sofre um acidente, ficando impedido de trabalhar. Esta, na impossibilidade de arranjar emprego, busca

na rua uma solução para os problemas financeiros da família: torna-se toureira<sup>20</sup> na região central da cidade.

A vida de menina do interior, rarefeita em contatos sociais, cede lugar à formação de novos textos identitários. Outra família, outro trabalho, novos modos de potencializar ordenamentos sócio-culturais. Hoje, a narradora, com sua barraca credenciada, é responsável pela maior parte do orçamento familiar. O marido não consegue se fixar em nenhum emprego, trabalhando em serviços temporários. Os filhos ficam com a responsabilidade dos serviços domésticos, além das tarefas escolares. Novos papéis sociais incorporam novas identidades, conformando crenças e modos de vida.

Cabe perguntar: quais elementos contribuem para fomentar uma construção identitária?

A urgência das necessidades contribui para a incorporação de condicionantes de atitudes e normas imbricadas no exercício de atividades profissionais. Segundo Hall (2000), processos identitários representam construções que se perfazem num tempo histórico, cultural e social, aparecendo interrelacionados às dinâmicas da própria existência:

"As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Ela tem a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo o qual nos tornamos." (Hall 2000: 109).

Os depoimentos mostram sempre a presença da mãe como um dos elos privilegiados na organização da vida familiar. Um narrador conta sobre a separação dos pais, que levou a mãe a deixar o interior de Minas para morar na capital:

*"O sistema da minha mãe era o seguinte: quando podia estar com a gente, quando éramos menores, ficávamos agarrado à sua saia. Lavando roupa em casa de família, sempre deu força para a gente, nunca nos deixou abandonados: o que ela comia, a gente comia juntinho." (Entrevista à pesquisadora)*

---

<sup>20</sup> Toureiros ou toreros: nome atribuído a trabalhadores ambulantes, sem ponto fixo de trabalho, não licenciados pela Prefeitura Municipal.

Essa atitude evidência também o cuidado tocante ao duplo papel feminino de pai e mãe, ressaltado em depoimentos: *“Minha mãe sempre foi uma princesa, mas comandava a casa como um pai e uma mãe.”* Sendo assim, os filhos também se comprometem com o trabalho para ajudar no sustento da casa: *“Eu vim para Belo Horizonte em 1972, com oito anos comecei vendendo picolé, lixa e desentupidor de fogão, ali nas ruas Carijós, Guarani, Curitiba. A gente precisava, era a necessidade, tínhamos que correr atrás.”* Os narradores, com seus poucos anos, descobrem o centro da cidade, como um meio para iniciar o seu pequeno comércio de menino pobre: *“O dinheiro do picolé que eu vendia na rua eu levava para ela. Era minha mãe quem comprava as coisas”*, prossegue o relato do entrevistado. Essa fala indica que o narrador inicia-se no processo da informalidade ainda criança, levado pela urgência de encontrar, no comércio das ruas da cidade, a saída para ajudar em casa. Note-se que um dos aspectos de inserção na informalidade é imposto pela necessidade da condição de sobrevivência.

Também, segundo Lemos (1988), a presença de camelôs e ambulantes que aparecem em um grande número pelas ruas e avenidas da cidade, mesmo não sendo considerados parte de uma economia efetiva, preconizam uma nova fase de consumo do centro comercial.

Em outras narrativas emerge o ingresso na informalidade no período da adolescência:

*“Eu comecei com 12 anos, na minha adolescência; a gente que vem de família muito pobre, não tem dinheiro e meio para comprar nada, faltando até comida em casa. Então, busquei um trabalho e a saída que encontrei foi a rua, sobreviver na rua.” (Entrevista à pesquisadora)*

Mais uma vez, a rua é uma válvula-recurso para a sobrevivência.

É interessante examinar que a própria situação de pobreza pode provocar uma divisão familiar em que os filhos são separados e criados por um parente ou uma outra pessoa, que oferece alguma possibilidade de estudar e uma melhor qualidade de vida, mas o despedaçamento do núcleo familiar pode gerar fraturas identitárias.

Outra fala adolescente comenta: *“educação em casa eu tive muito pouco, por não ficar quase tempo nenhum em casa.”* É possível inferir que o lugar do aprendizado deste adolescente aconteceu com maior intensidade através da rua. Alguns entrevistados revelam ou preferem ocultar sua memória de degradação familiar pela miséria. Lembranças da família não se encontram presentes por não terem existido ou por fazerem parte de uma fase onde o

seu melhor abrigo seja a esfera do esquecimento. Nesse sentido, não é possível deduzir as construções identitárias como processo explícito que carrega valores instaurados desde a origem familiar, mas percebido a partir de momentos que marcam rupturas para abrigar no presente uma viabilidade de construção. Há em Theodoro, uma referência que ilumina a função do esquecimento:

"Quando trabalhamos com crianças pobres ou populações carentes, temos que saber admirar o que significa para elas esquecer. O esquecimento corresponde ao lugar da dor, da pobreza e da perda, de muita coisa ruim que faz parte do cotidiano das populações marginalizadas. É difícil ser igual à maioria pobre. É difícil não carregar símbolos que contenham identidade frente à multidão. É difícil ser igual em meio a uma cultura onde o indivíduo se faz apenas através de uma suposta diferença" (Theodoro 1998: 67).

Hoje, homens feitos e com ofício, os camelôs entrevistados explicitam o significado do trabalho nas ruas, incorporando experiências florescentes de vida. Como comprovação empírica, o registro de uma fala:

*"Olha, a rua me ensina muita coisa. Aqui é um círculo de cultura, a gente comunica com vários tipos de pessoas. A gente acaba tendo acesso a pessoas cultas e a outras também. Isto traz muita experiência para a gente."*  
(Entrevista à pesquisadora)

As ruas da cidade não devem ser vistas apenas como lugar de oportunidades para se ganhar a sobrevivência. Configuram-se também como local de aprendizagem e de interações entre pessoas, onde a vida se constrói e se reconstrói diariamente. Assim, a região central de Belo Horizonte vem se caracterizando como espaço de múltipla movimentação, tanto na ótica das relações comerciais formais e informais, quanto na expressão de redes de sociabilidade.

Silveira discorre sobre a importância do papel da cidade como possibilidade de ressignificação, a partir da ação dos sujeitos que nela habitam:

"A ocupação de uma cidade representa uma possibilidade de promover reordenações no espaço e nos significados que lhes foram impressos. Através dela os moradores criam novos lugares, novas identidades que fogem às determinações e modelo" (Silveira 1997: 34).

Uma narradora, relembra o início da profissão: “*Vim para a rua, comecei a trabalhar de toureira, correndo dos fiscais; fiquei uns dois anos trabalhando de toureira. Foi muito sofrido nesta época porque a gente corria muito e estava sempre ameaçada.*” Percebe-se que no caso de toureiros em condições de ilegalidade, o trabalhador das calçadas está sempre em alerta, na iminência do aparecimento da fiscalização.

Também, Yázigi (2000) observa que os equipamentos utilizados pelos camelôs são escolhidos de acordo com sua condição de legalidade ou ilegalidade, no estabelecimento de seu comércio:

"Todavia, entre os clandestinos, a habitual necessidade de fuga impõe equipamentos fáceis de ser desarmados e transportados. Neste caso, a criatividade tem sido muito grande, já que responde pelas características pessoais do ambulante" (Yázigi 2000: 210).

A capacidade de fuga dos camelôs recorda, ainda, a agilidade de Hermes, deus do comércio, com “suas sandálias aladas que significam a força de elevação para deslocamentos rápidos” (Chevalier 1991: 487). Entre os camelôs entrevistados, todos começaram na profissão como toureiros, no comércio ilegal, que exige certa destreza e agilidade para não terem suas mercadorias apreendidas pela fiscalização.

Ainda assim, é necessário observar que os comerciantes ambulantes, por estarem em uma condição de insegurança, possuem uma rede de informantes que são os “*olheiros*”<sup>21</sup>, pessoas que ficam observando a aproximação de fiscais e policiais. Contam também com a ajuda de transeuntes e comerciários que indicam a aproximação da presença ameaçadora dos representantes da lei.

Trabalhar na rua impõe riscos e perigos, quando se está à margem das disposições legais, mas por outro lado, esta condição acaba por desenvolver redes de solidariedade que atuam como instrumento de proteção.

Alguns camelôs mais antigos contaram que, quando se trabalhava em frente ao armazém do Grilo<sup>22</sup>, podia-se usufruir de sua proteção. Este não admitia que fossem importunados, abrigando os vendedores ambulantes, quando perseguidos, em seu

---

<sup>21</sup> Situação similar acontece entre os camelôs de São Paulo. Consultar Frúgoli Jr. 1999.

<sup>22</sup> Grilo foi um trabalhador ambulante que conseguiu abandonar a informalidade, estabelecendo sua casa comercial, conhecida como *Armazém do Grilo*, situado à rua Saturnino de Brito, na região central da cidade, próxima à estação rodoviária.

estabelecimento comercial. Segundo uma entrevistada que tem trinta e sete anos de trabalho nas ruas de Belo Horizonte:

*"Ali eu tive um pouco mais de apoio. O Grilo aceitava que se trabalhasse na porta dele, e a gente corria para dentro de seu armazém quando os fiscais apareciam. Ali ele não deixava que os fiscais entrassem para tirar nada da gente." (Entrevista à pesquisadora)*

Ser abordado pela fiscalização representa para os trabalhadores das calçadas a possibilidade de confisco<sup>23</sup> e perda de suas mercadorias, configurando parte da luta diária em busca da sobrevivência.

Experiência de conflitos e dificuldades, vividas na rua pelos camelôs, parecem ter deixado marcas de sofrimento que estes não querem para seus filhos:

*"Olha, eu tenho três filhos, e digo para eles que não tive oportunidade de estudar, por isto que estou aqui hoje. Então falo: 'vocês precisam estudar para ter um futuro melhor lá na frente'. Não quero para eles o que tenho. É bom, ajuda a criá-los mas eu quero o melhor para eles." (Entrevista à pesquisadora)*

Depoimentos como este foram comuns entre os entrevistados, traduzindo um desejo de que os filhos, ao estudar, tenham possibilidade de inscrições em novos textos identitários profissionais.

Todavia, quando os filhos são pequenos e não há com quem deixá-los, a rua é o seu lar. A título de exemplo, tem-se o relato de uma entrevistada, do interior de Minas, que deixa a cidade depois dos 20 anos, passando pelo Rio de Janeiro antes de fixar residência na Capital mineira. Começou a trabalhar em 1961 como ambulante: "... eu comecei a trabalhar porque eu passava muita fome; quem nunca passou fome não sabe o que é..."

Relembra o início da sua vida em Belo Horizonte: com três filhas morando em um quarto, dormindo em cima de roupas velhas, sem água e sem luz. Um certo dia, o pai de suas filhas chega em casa com pencas de banana. Ela resolve vendê-las para levantar algum dinheiro. No dia seguinte, com o dinheiro adquirido compra mexericas e vende. A partir daí

<sup>23</sup> Esta problemática aparece no comércio dos camelôs em São Paulo conhecida como "rapas" (Frúgoli Jr. 1999).

as ruas da cidade passam a representar o cenário de sua sobrevivência e das filhas, pois o marido era alcoólatra e não trabalhava.

Com o passar do tempo a narradora desiste de comercializar frutas, que por serem pesadas, inviabilizavam correr das perseguições dos fiscais. Decide vender fósforo, linha, pente, agulheiro etc, atividades exercidas junto com as filhas menores, uma ainda de colo, outra que ficava em um caixote no chão, estando a terceira internada em hospital público. Conflitos com agentes da lei levaram-na à prisão, pois trabalhar de camelô, na época era considerado vadiagem. Entre seus motivos para exercer atividades informais, como muitas outras nas mesmas condições, relata:

*"Se eu chego em casa de família, ninguém vai me dar serviço por causa das crianças; pedir esmola, eu sou nova, eles vão me mandar trabalhar; roubar não vou porque minha mãe não ensinou; fazer a vida eu não vou porque não tenho meu corpo para negócio." (Entrevista à pesquisadora)*

Em evidência, valores condicionados pela família frincham um modo de vida em confronto com a miséria e a fome. Em contraste, a informalidade permite uma iniciativa pessoal em que o sujeito se utiliza de seus próprios recursos. Ainda assim, a informalidade acontece também frente às dificuldades de participação em meios oficiais de trabalhos existentes na cidade. Na lembrança dos entrevistados, o estar no mundo da informalidade forja seu universo cultural, demarcado para os mais antigos de profissão, pela perseguição sem trégua da prefeitura e do policiamento militar. Este depoimento é bastante elucidativo, no tocante aos níveis de violência a que trabalhadores das calçadas estavam expostos:

*"Eles me quebraram esse dedo. Nesse mesmo ano eu estava grávida, e um fiscal me jogou no chão. Caí com a barriga no meio fio, fiquei uma hora e meia desacordada. Então, fui para a Santa Casa. Quando ia fazer um mês que eles tinham me dado o tombo, ganhei o meu filho, mas ele só durou seis meses e 18 dias. Havia ficado lá no hospital, porque ele nasceu com a espinha quebrada, por causa do tombo. Foi até bom ele não escapar: ia ser um menino inutilizado." (Entrevista à pesquisadora)*

No decorrer da entrevista, a narradora mostra com bastante insistência o dedo quebrado pelas autoridades. É possível inferir que, além das lembranças, o dedo quebrado

vem representar, de modo concreto, uma marca da violência sofrida, cuja seqüela física é prova de ações violentas vivenciadas por ela, e por muitos colegas. Trata-se da explicitação da maneira como camelôs eram tratados pelo poder público encarregado da fiscalização das ruas e das calçadas.

Por outro lado, o exercício da profissão carregava o estigma da vadiagem, referenciado por todos os entrevistados, confirmando a imagem do camelô como associada às atividades de marginalidade e malandragem.

Neste sentido, uma questão se coloca: por que atividades de camelôs eram percebidas como marginais?

No primeiro capítulo, foi assinalado o início do século passado, quando a imagem de ambulantes e mascates estava ligada às atividades ilícitas, tais como sonegação de impostos, contrabandos, além de esses trabalhadores serem acusados de sujar ruas e calçadas. A nova capital, concebida dentro dos ideais europeus de modernidade, veiculada a propostas de urbanização, reformas sanitárias e de higienização, não poderia permitir que suas ruas fossem ocupadas por trabalhadores que imprimissem nela sinais de pobreza, desorganização e atraso. Essa atuação do poder público deixou marcas, algumas indeléveis.

Bompastor, analisando o comércio ambulante exercido em Recife nos séculos XIX e XX, ilumina a ocorrência de um processo similar ao da capital mineira:

"Através da reestruturação de conceitos, a elite elabora uma nova concepção de trabalho, buscando a sua identificação como 'princípio fundamental' da vida em sociedade, elemento ordenador, moralizador, na tentativa de construir modelo do bom cidadão e trabalhador exemplar. Em contrapartida à noção de trabalho como 'lei suprema' da sociedade, constrói-se o conceito de vadiagem e de ociosidade, onde se estabeleceu que o indivíduo não inserido no processo de trabalho assalariado, seria considerado vadio, indolente, inepto, e estaria sujeito a diversos mecanismos – educação, coerção, violência – que redirecionassem sua conduta e o incorporassem ao processo produtivo" (Bompastor 1994: 34).

De acordo com o autor, as novas experiências urbanísticas e o discurso do trabalho como eixo ordenador e moralizador da sociedade aparecem em um contexto de transição complexo, em uma sociedade de oportunidades desiguais, na qual a pobreza ganha uma visualização nas cidades, revelando grandes discrepâncias sociais.

É importante ressaltar que a facilidade de ingresso na informalidade se deve à não exigência de requisitos do universo formal de trabalho, como escolaridade, determinações de

horários ou quaisquer exigências de especialização. Também, uma das características centrais da informalidade revela-se através do lugar em que o detentor do negócio se coloca: este é patrão e também empregado, gestor e produtor simultaneamente.

## **NOVOS LUGARES, OUTRAS IDENTIDADES**

Ao se pensar a construção identitária da categoria social de camelôs, emergem indagações. Quais processos de diferenciação demarcam o lugar do camelô como sujeito? Como camelôs se inscrevem nas condições sócio-materiais? Quais as principais diferenças entre o comerciante formal e o informal?

Woodward (2000) utiliza-se do conceito de representação em Hall (1997), chegando aos seguintes termos: para analisar o conceito de identidade, é prioritário compreender como a identidade se insere no ambiente cultural e de que forma a identidade e a diferença se relacionam com a discussão da representação. Para se compreender a centralidade do conceito de identidade, torna-se necessário verificar as preocupações contemporâneas e suas relações com as questões identitárias em diferentes níveis:

"Na arena global, por exemplo, existem preocupações com as identidades nacionais e com as identidades étnicas; em um contexto mais 'local', existem preocupações com a identidade pessoal como por exemplo, com relações pessoais" (Woodward 2000: 16).

Todavia, pensar a viabilidade de uma construção identitária só é possível através da compreensão de alguns processos que se articulam para confrontar identidades e respectivos mecanismos que demarcam a diferença.

De acordo com Woodward (2000), para se compreender os processos de construção identitária, torna-se necessário examinar os significados de sua formação e os estabelecidos como diferença:

"Só podemos compreender os significados envolvidos nesses sistemas se tivermos alguma idéia sobre quais posições-de-sujeitos eles produzem e como nós, como sujeitos podemos ser posicionados no seu interior. Aqui estaremos tratando de um outro momento do 'circuito da cultura': aquele em que o foco se desloca dos sistemas de representação para as identidades produzidas por aqueles sistemas." (Woodward 2000: 17).

Portanto, o foco da centralidade dos sistemas de representação é deslocado, privilegiando-se a construção identitária dentro da produção desses sistemas. Assim, torna-se possível apreender como identidades são instituídas, ao se investigar como os sistemas de representações são criados e recriados no universo da cultura.

Segundo Woodward (2000), sistemas de representações expressam práticas que traduzem significados e sistemas simbólicos. Por meio desses mecanismos, é possível uma leitura de textos identitários em um determinado contexto cultural.

A inserção do sujeito em um universo simbólico possibilitará a formação de identidades individuais ou coletivas, oferecendo caminhos para se responder a perguntas elucidativas do processo em questão. Há várias possibilidades de perguntas: Quem sou eu? O que eu posso ser? Como sou visto pelos outros? O que eu gostaria de ser?

A pesquisa de campo realizada demonstrou que todos os entrevistados trabalharam anteriormente como toureiros e, em seus relatos pessoais, aparecem pontos de convergência e de divergência em sua experiência de trabalho e de vida. Suas narrativas registram histórias de violência e de conflitos com o poder público. Entretanto, os anos 80 balizam mudanças para os camelôs que trabalham em Belo Horizonte.

Nesses anos, à medida em que se expandia o trabalho nas ruas e nas calçadas, aumentava a desorganização dos espaços. Eis quando os camelôs decidem-se reunir, em um local da Rua Tamóios, para discutir seus interesses. Os encontros se estendiam pelas madrugadas, de modo improvisado, sem estrutura logística. Todavia, a chama fora acesa. Aos poucos vai se consolidando uma organização que imanta anseios e articula objetivos.

Esse processo de mobilização dos camelôs lembra uma narrativa de Calvino, em que homens diversos e de diferentes nações partem em busca da cidade encantada:

"Após um sonho, partiram em busca daquela cidade; não a encontraram, mas encontraram uns aos outros; decidiram construir a cidade como a do sonho. (...) As ruas da cidade eram aquelas que os levavam para o trabalho todas as manhãs" (Calvino 2001: 45).

Após os trâmites necessários e vencidas as dificuldades, foi fundada a Associação dos Camelôs de Belo Horizonte, que funcionou até 1987. Criada a Associação, o segundo passo foi realizar o sonho de transformá-la em um sindicato, o que se consolidou a 2 de março de 1990:

*"Transformamos esta Associação dos Camelôs de Belo Horizonte, em Sindicato do Estado de Minas Gerais. A luta foi grande. Não passa pela sua cabeça, não passa pela cabeça de ninguém que o Sindicato dos Camelôs possa ter uma carta sindical, mas, nós temos, assinada pelo Ministro. Com muito orgulho eu digo isso. Fomos a Brasília, batalhamos com as autoridades." (Entrevista à pesquisadora)*

Pelas narrativas dos entrevistados, através não só de palavras como de gestos e sinais corporais, percebe-se a explicitação do implícito: dificuldades, lutas e orgulho pela conquista legítima de suas reivindicações.

Todavia, este não foi o único movimento de organização dos trabalhadores da informalidade. Alguns dissidentes do Sindicato dos Camelôs, junto à CUT (Central Única de Trabalhadores) criaram o SINTEI (Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal). De acordo com relatos, esse sindicato foi criado para defender camelôs das arbitrariedades do poder público, como apreensão de mercadoria sem devolução, espancamentos de trabalhadores etc. Atualmente o sindicato encontra-se desativado. As razões não ficaram esclarecidas. Podem estar ligadas aos desdobramentos da ideologia neoliberal, que tem como uma de suas características a quebra do poder dos sindicatos.

O processo para se chegar à organização de atividades informais nas ruas está presente nas narrativas: lento, árduo, penoso. Foi uma conquista a lei 3.841 e sua tentativa de organizar e disciplinar o trabalho do camelô, envolvendo a população, as autoridades locais, o comércio oficial. No momento em que os documentos estavam prontos para serem assinados, o advogado da Associação dos Camelôs, negou a assinatura, dizendo não concordar com o termo *Camelô*, por ser sinônimo de marginal. Como se isto não bastasse, o número de vereadores não foi suficiente no dia em que a lei seria votada. Posteriormente, os vereadores exigiram uma série de emendas para que a lei pudesse ser aprovada.

O período entre 1983 e 1984 expressou impasses e pressões sobre o poder público, através de passeatas pelas ruas da cidade e de movimentos unificados, nos quais camelôs procuravam ganhar visibilidade para a aprovação da lei 3.841, que visava organizar o

licenciamento de suas bancas na cidade. Um dos aspectos mais marcantes desta lei, lembrados pelos entrevistados, é que possibilitou a conquista do direito ao ponto de trabalho e também estabelecer espaço entre as barracas, que devem ser instaladas de 10 em 10 metros. Esse ordenamento requer uma certa disciplina dos camelôs.

A história da legalização inicia-se a partir de uma licitação pública que foi realizada pela Prefeitura no ano de 1984. Sobre a demarcação dos pontos nas ruas da cidade, tem-se um relato exemplar:

*"Conseguir este ponto foi dose. O ponto era de quem chegasse primeiro. Então, na época, eu dormi 14 noites aqui na rua. Vim para cá dia 9 de dezembro, dormi aqui até o dia 24 de dezembro. Se você não dormisse no local, você não conseguia." (Entrevista à pesquisadora)*

A narrativa contradiz o parágrafo primeiro da lei que prevê um levantamento sócio-econômico, através de entidade competente.

Essa conquista parece ter abrandado a imagem do camelô relacionada às condições de marginalidade: este pode ser encontrado em seu ponto de trabalho e responder pela mercadoria comercializada.

A condição do camelô licenciado trata-se de uma questão controvertida: o camelô, que vive de uma economia informal, acaba por conquistar seu local de trabalho, amparado pelo poder público. Consegue a legitimação de sua atividade informal, amparada por uma licitação que oficializa o uso do espaço público. Cabe indagar: como qualificar a identidade dos camelôs em Belo Horizonte?

Um exame sobre a identidade dos camelôs só é possível considerando a complexidade da informalidade que, segundo Lautier (1994), deverá ser pensada a partir da sobreposição entre atividades e ativos formais e informais. Pode-se inferir que camelôs expressam em sua organização identitária profissional ambivalências ao participarem da informalidade, não tendo direito ao registro legal na associação comercial, ao mesmo tempo que participa da formalidade, quando adquire mercadorias e trabalha em um espaço legitimado pelo seu credenciamento.

De acordo com Silva (2000), a construção da identidade, a partir da diferença, não se passa simplesmente pelo reconhecimento e pela celebração, mas esta deverá qualificar mediações que postulam o processo.

Concomitante à realidade profissional, tem-se também a interpretação de valores e experiências, com seus desdobramentos. Essa diversidade aponta para uma atualidade complexa a exigir que sujeitos ocupem uma multiplicidade de posições, exercendo papéis diferenciados. Para explicar essa diversidade, Woodward examina o conceito de *campos sociais* em Bourdieu:

"Nós participamos dessas instituições ou *campos sociais*, exercendo graus variados de escolha e autonomia, mas cada um deles tem um contexto material, e, na verdade, um espaço e um lugar bem como um conjunto de recursos simbólicos" (Woodward 2000: 30).

Segundo a autora, ao mesmo tempo que somos posicionados, nos posicionamos em referência a *campos sociais* nos quais estamos inseridos. Ora, os entrevistados participam de várias instâncias, onde são trabalhadores formais/informais, mãe que atua como mãe e pai, trabalhadores que gostariam de mudar de profissão, mas não encontram oportunidade etc.

Entretanto, alguns acontecimentos foram fundamentais quando se nomeia o camelô de Belo Horizonte. No ano de 1993, a Prefeitura reabre o processo de licitação através do decreto 8.402, que regulamenta a lei 3.841, de 17 agosto de 1984, e a lei 6.505 de 12 de janeiro de 1994, ambas já comentadas no capítulo anterior. Ao reabrir o processo de licitação são previstas 800 vagas, sendo que 600 camelôs já estavam trabalhando autorizados, mas teriam que passar pelos novos trâmites, contando com o direito de permanecer em seus respectivos pontos de trabalho. Através do novo decreto, a população de camelôs cadastrada passaria para um número total de 1400.

Este decreto prevê a renovação anual da licença e a reabertura de licitação a cada três anos, determinando tamanho, cores e modelo das barracas. Segundo relato, o trabalho foi realizado juntamente com a Associação de Defesa do Camelô de Belo Horizonte, órgão criado em 1993 para atuar junto ao poder público.

A licitação aberta em 1993, que dá continuidade aos trabalhos já iniciados em 1984, parece ter conseguido certa organização do centro comercial da capital e também no que se refere às atividades dos camelôs. Segundo dados da Associação de Defesa do Camelô de Belo Horizonte, na atualidade estão nas ruas 872 camelôs cadastrados. Os demais deixaram de armar as barracas e acabaram perdendo o direito concedido.

Há queixas dos camelôs. Por que a Prefeitura não reabre o processo de licitação, sendo que existe um certo número de vagas que não estão preenchidas? Por que não aconteceu a licitação trienal, como está previsto em lei? Por que a Prefeitura não está entregando alvará de licenciamento aos camelôs devidamente licitados? Segundo relatos, a condição do camelô hoje, na capital, apresenta-se sem clareza de critérios, gerando um clima de insegurança e ameaça.

O documento apresentado pela equipe de controle urbano no ano de 1998 mostra a gravidade da desorganização do espaço das ruas:

"Ao assumir a direção do departamento de Controle Urbano em março de 1988, deparamos com um quadro caótico em termos de ocupação dos passeios e logradouros públicos por camelôs e ambulantes. A região do hipercentro estava toda tomada por toureiros que montavam seus tabuleiros de forma desordenada obstruindo os passeios, sujando e poluindo visualmente a cidade. O centro da cidade era um verdadeiro 'mercado persa' de difícil controle pela fiscalização. A crise econômica aliada à fragilidade de nossa fiscalização contribuiu para a proliferação deste mercado informal".<sup>24</sup>

Todos os relatos coletados foram unânimes quanto à situação em que hoje se encontram as ruas da cidade:

*"Veja bem, as barracas têm que manter um espaço de dez metros, entre elas, para não prejudicar o pedestre que está passando pelas ruas, sabe? Agora olha, a distância é de 5 metros a 2 metros. Quer dizer, isto aí é ilegal também. O dia que eles forem varrer, vão varrer todo mundo." (Entrevista à pesquisadora)*

Tanto a administração pública quando os próprios camelôs percebem a desorganização que se instaurou no centro urbano. Também a Prefeitura de Belo Horizonte reconhece que a fiscalização e os métodos de controle adotados acabaram abrindo precedentes que ferem princípios éticos. Segundo alguns relatos, é comum a extorsão dos camelôs, para não serem autuados, além de apreensão de mercadorias que não são devolvidas.

Atualmente, o Departamento de Controle Urbano da Prefeitura de Belo Horizonte acabou por tomar medidas que foram bastante controversas junto à maioria dos camelôs

---

<sup>24</sup> Documento da PBH: Reestruturação da fiscalização de vias urbanas – Balanço de atividades 1998.

licenciados. Entre essas podem ser encontradas: implantação de mini-feiras na rua Carijós e Tamóios, estabelecimento da 'Área Zero', localizada entre o polígono da Avenida Paraná, Rua Caetés, Rua da Bahia, Avenida Afonso Pena, Rua Guajajaras, Rua São Paulo e Avenida Amazonas, posteriormente abrangendo a região hospitalar, entorno do Parque Municipal, Savassi, Praça da Liberdade. Houve também a desocupação da Praça Rio Branco, conhecida como Praça da Rodoviária. Esses são locais onde não é tolerada a presença de camelôs e ambulantes.

Segundo o documento, no balanço das atividades essa operação teve êxito, mas houve a concessão da Prefeitura permitindo a abertura da mini-feira da Rua Tamóios, especificamente para toureiros.

Tem-se um relato que expressa a visão dos camelôs sobre essa situação, pois consideram que foram 'empurrados de seus pontos':

*"Foram enfiados no meio dos outros camelôs, infringindo assim a lei 3.841, que dizia (e que diz) que as barracas devem ficar de 10 em 10 metros. Hoje nós estamos aí licenciados de 10 em 10 metros, mas arbitrariamente estamos de 2 em 2 metros; só que não somos nós que estamos infringindo a lei, quem está infringindo a lei é a própria Prefeitura. A própria prefeitura está licenciando o camelô de 2 em dois metros." (Entrevista à pesquisadora)*

O não-cumprimento da lei, provocando conflitos e ferindo interesses, deixa os trabalhadores das ruas e das calçadas à deriva. Percebem que suas conquistas podem estar ameaçadas, gerando-se condição de insegurança que passa a fazer parte do seu dia-a-dia. Esses desafios colocam em jogo seu meio de sobrevivência, de seus familiares e demais pessoas envolvidas neste trabalho.

No entanto, o documento de balanço das atividades da Prefeitura argumenta que a cidade ganhou outra cara, ficando com os camelôs licenciados, que posteriormente serão transferidos para o *shopping* popular a ser implantado. Também, como solução paliativa está prevista a construção de uma passarela para os camelôs, entre as ruas Saturnino de Brito e Paulo de Frontin, suspensa sobre a Avenida do Contorno<sup>25</sup>. É considerada uma obra que representa um sonho da Prefeitura, bem como do CDL (Clube dos Diretores Lojistas), que participou da elaboração do projeto e financia parte dos recursos da obra, orçada em R\$ 11

---

<sup>25</sup> Estas e demais informações poderão ser encontradas no Estado de Minas Gerais: obra. PBH Constrói passarela para Camelôs s/nº de página 03/06/01.

milhões. O CDL vem buscando o apoio de empresas mineiras metalúrgicas, como tentativa de agilizar a construção da passarela, prevista para ser concluída em 2 anos.

De uma só vez não se concebe a retirada dos camelôs das ruas. Admite-se que algumas mini-feiras continuarão funcionando e que alguns camelôs licenciados ficarão nas calçadas.

Esta empreitada a que se propõe a Prefeitura parece não ser uma tarefa de aprovação consensual, como alguns depoimentos revelam:

*"O prefeito Célio de Castro queria colocar a gente lá em cima do rio Arrudas: nós não aceitamos. Ele queria colocar a gente em um quarteirão fechado: nós não aceitamos. Pessoas que ajudaram na conquista da lei falaram: vocês nunca abandonem o seu local de trabalho." (Entrevista à pesquisadora)*

*"Existe já há muitos anos, não só nessa administração, mas em outras administrações passadas, um interesse muito grande em tirar o camelô da rua. É o desejo do comerciante, é o desejo também da Prefeitura, por não dar conta de controlar, não saber controlar e quer retirar. Só que a gente sempre brigou contra isso, nunca aceitamos, nunca admitimos, e sempre que vem isso à tona a gente é contra." (Entrevista à pesquisadora)*

Ainda como projeto da Prefeitura, há uma intenção de transferir camelôs para o prédio das Lojas Brasileiras, à Avenida Paraná, e também para um estacionamento na mesma Avenida. Esta transferência é preocupante para os camelôs, pois eles não se reconhecem trabalhando em locais fechados; a grande maioria não acredita no sucesso desta medida, visto que muitas feiras que aceitaram a idéia não obtiveram sucesso e acabaram sendo fechadas. É o que diz um entrevistado: *"É na rua que nós vivemos; nós aprendemos a viver na rua. Nós não vamos enfrentar um shopping para ficar restrito àquilo"*. Outro narrador fala: *"a rua é minha casa"*. Se o desejo dos administradores públicos se cumprir, abrir-se-á possibilidade de conflito entre o poder público e os camelôs.

A maioria dos entrevistados insistem em dizer que o lugar deles é nas ruas, onde as pessoas passam. Afirmam a inviabilidade da passarela, pois não acreditam que as pessoas a frequentem.

Yázigi (2000), que estudou vários universos ancorados no espaço público de São Paulo, tece um comentário sobre camelôs:

"Logicamente toda dependência do espaço das calçadas não se dá sem conflitos. Inicialmente e de longa data, há rivalidade com os estabelecimentos 'normais' ou com idéias de saneamento do espaço urbano, sem falar de toda discussão sobre a legalidade".

Ao se sentirem ameaçados em sua luta pela sobrevivência, os camelôs intensificam suas atividades. Muitos aproveitam os finais de semana para trabalharem em outras cidades, em seus momentos de celebração de festas e de lazer. Para o trabalhador das calçadas é que não sobra um tempo especial para o descanso e o entretenimento. O que pode acontecer é um encontro com colegas para uma cerveja, no fim da tarde, em algum bar próximo ao local de trabalho.

Todavia, o centro de Belo Horizonte vem se caracterizando como um local de múltiplas vivências, que revelam a cidade como um espaço heterogêneo, tanto do ponto de vista das relações de trabalho, quanto da construção de redes de sociabilidade. Interações múltiplas envolvem momentos de ócio, de prazer e de trabalho.

Pensar a identidade dos camelôs torna-se um desafio, porque esta se mescla a uma certa ambigüidade relacionada às condições de vida e também às possibilidades encontradas para a realização de seu trabalho nas ruas e calçadas.

Neste sentido, a identidade dos trabalhadores informais das calçadas e ruas de Belo Horizonte guarda relações profundas com a viabilidade ou não do exercício de sua atividade profissional.

Todavia, pensar em um construção identitária dos camelôs só é possível a partir do olhar da diversidade e da multiplicidade, em que seu processo de elaboração configura-se numa dimensão de abertura, que tende a realizar-se na dimensão concreta da vida cotidiana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um objeto de investigação constitui um enigma que se pretende desvelar através de referenciais de interpretação. Considera-se a pesquisa um dos possíveis momentos em que o enigma se coloca para ser decifrado. No entanto, o pesquisador não é aquele que colhe a verdade já pronta, no mundo das informações, sejam escritas ou orais. As verdades transitam e bordejam territórios permeáveis e relativos. Assim, um processo de análise requer escolhas e decisões teórico-metodológicas que perpassem eixos temáticos problematizadores.

Esta dissertação, fecundada por um estudo de caso, ao examinar a experiência e a trajetória de trabalhadores de ruas e de calçadas – camelôs – sustenta-se em duas referências fundamentais: informalidade e identidade. Ao retomar as indagações que orientaram o trabalho, procurou-se estabelecer, tanto quanto possível, umnexo entre a informalidade agenciada pelos sujeitos pesquisados e a capital mineira onde exercem suas atividades. Sob a forma narrativa, a cidade tentou reter o passado em sua ressignificação comercial, que se configura no presente que foi atualizado.

O primeiro capítulo incursiona na condição humana do trabalho, tecendo seus fios no tempo e na estrutura das sociedades. O segundo capítulo traz o comércio oficial e o ambulante na esteira do tempo de construção da nova capital, demarcando também a emergência da figura do camelô na contextualização da metrópole. Uma pontuação sobre atividades do comércio não oficial abre campo para o terceiro capítulo. Neste, resenha-se o debate atual sobre a informalidade, circunscrevendo autores e momentos de significado, a nível internacional e nacional. Finalmente, o quarto capítulo comunica os resultados do trabalho de campo realizado com camelôs de Belo Horizonte, credenciados pela Prefeitura Municipal, a partir de 1993. A cidade passa a ser cenário onde se desenrolam os acontecimentos vivenciados e o lugar que demarca atitudes, crenças, valores e modos de vida.

Pode-se, então, formular algumas considerações. Observou-se que o trabalho informal esteve presente desde os tempos do arraial, lugar escolhido para a construção da nova capital.

O universo da pesquisa evidencia que a profissão de camelô é ancorada mais no mundo da necessidade que no da escolha; tanto que os entrevistados não a desejam para seus filhos; estimulá-los para que estudem e se dediquem a outras profissões expressa um desejo

dos familiares, uma esperança de que sua inserção no trabalho e na vida aconteça fora do universos das ruas.

Ha uma correlação positiva entre as tarefas simples exigidas pela atividade informal e o baixo nível de escolaridade. Observa-se que a inserção na informalidade ainda carrega o estigma da marginalidade; por outro lado, a escolha para trabalhar em atividades informais, em detrimento das proteções no universal formal, muitas vezes submete os sujeitos a uma condição de trabalho sem trégua onde a existência de finais de semana para o lazer e o descanso estão ausentes.

No entanto, acabam por desenvolver com colegas de profissão, amigos e parentes uma rede de solidariedade que é crucial no exercício de seu trabalho e na organização de sua vida pessoal.

Entre as mulheres entrevistadas, verifica-se que se tornaram proprietárias de barracas face à situação de desemprego dos parceiros e/ou alcoolismo dos mesmos. As mulheres que foram entrevistadas relataram que são totalmente responsáveis pela manutenção da casa e sustento dos filhos.

É notório o papel do poder público na insistência em disciplinar o camelô. Coloca-se mais no papel de vigiar e punir, utilizando-se muitas vezes de uma violência legitimada pela autoridade. Por outro lado, não é pensada em uma infra-estrutura mínima de banheiros, locais de higienização que favoreçam uma melhor condição para o trabalhador das calçadas. Sua condição é de sacrifício, desamparo e insegurança, o que lhe confere uma identidade ambígua de trabalhador/proprietário.

Também, a pesquisa demarca tentativas do poder público para controlar o trânsito comercial desses trabalhadores, desde o início da construção da metrópole. Mas, à medida em que, nos anos 90, camelôs conseguem seu credenciamento, colocam-se questões. Os textos identitários daqueles que trabalham à margem dos ordenamentos oficiais expressam territórios alternativos específicos, agora legitimados. Configuram uma cultura de rua com seus desdobramentos singulares.

A década de 90 vem representar ainda um novo marco na construção identitária dos camelôs. Foram capazes de articular interesses, de se organizar e mobilizar-se, pela conquista de direitos, o que culminou com a aprovação da lei 3.841. A lei garante um ponto fixo de trabalho e um alvará, conferindo direitos e deveres no exercício de sua profissão. Configura-se então outra instância identitária, à medida em que, amparados por uma lei, ganham estatuto de cidadania. Hoje, os camelôs encontram-se desmobilizados, não reconhecendo o papel dos sindicatos.

Todavia, quando os camelôs tornam-se reconhecidos e legitimados pelo desempenho de suas atividades, pode haver ambigüidades nas representações de sua identidade profissional. Torna-se possível, ainda, falar de uma informalidade oficial, fato que poderá tornar mais complexa uma discussão atual sobre a informalidade.

Entre os quinze camelôs entrevistados, dez desses profissionais contam com mais de vinte e cinco anos de experiência de trabalho nas calçadas; os outros cinco variam entre quinze e vinte anos de profissão.

Os mais jovens desconhecem o processo histórico que lhes garantiu o direito do uso do espaço público, não conhecem ou sequer já leram o conteúdo das leis que os protegem, ignoram o papel do sindicato, no tocante à luta de manutenção dos direitos conquistados, colocam-se em uma postura de queixa e reclamação. Já o grupo mais antigo de trabalhadores conta suas lutas e mobilizações com orgulho e satisfação.

É possível pensar nos camelôs como um grupo que possui uma identidade ambivalente, no sentido de construir uma categoria social que exerce atividades informais legitimadas pela lei.

Também, o final dos anos 90 e início do século XXI expressam uma situação tensa entre o poder público e os camelôs. As propostas municipais para abrigar os trabalhadores das ruas e das calçadas em uma passarela e/ou em locais fechados, ainda continuam sendo rejeitadas, sem perspectivas de um acordo que atenda aos interesses envolvidos.

Finalmente, por não ter sido objeto da pesquisa, persiste uma interrogação. À medida em que camelôs expandem suas barracas pelas ruas e calçadas, assiste-se cada vez mais, à privatização de espaços utilizados por transeuntes e viaturas. Até que ponto a oficialização de suas atividades contradiz as concepções tradicionais de espaço público? Em debate, a resignificação do espaço público.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A QUESTÃO DA IDENTIDADE CULTURAL. 1998. Campinas: IFCH/UNICAMP. V. 1, n.18, fev.
- ACSELRAD, Henri (org.). (2001), *A duração das cidades*. Rio de Janeiro, DP&A.
- ALBERTINI, Ronaldo. (2001), “*Metáforas da cidade imaginária*”. <http://kant.fafich.ufmg.br>, em 10 de setembro.
- ALBORNOZ, Suzana. (1986), *O Que é Trabalho*. 2ª edição, São Paulo, Brasiliense.
- AMARAL, Rita. (2001), “O que é uma cidade?”. [www.aguaforte.com/antropologia/cidade.htm](http://www.aguaforte.com/antropologia/cidade.htm), em 23 de outubro.
- ANTUNES, Ricardo (org.). (2000), *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3ª edição, São Paulo, Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo. (2000), *Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 7ª edição, São Paulo: Cortez Editora, Campinas, SP: Editora Universidade Estadual de Campinas.
- ANTUNES, Ricardo. (2001), “*As dimensões da crise no mundo do trabalho*”. [www.ufba.com.br](http://www.ufba.com.br), em 07 de agosto.
- AZEVEDO, Beatriz Regina Zago. (1981), “*Propostas teóricas para o estudo das ocupações ditas informais*”. *Ensaio Fundação de Economia e Estatística*, 2, 1: 51-74.

BAGNASCO, Arnaldo. (1997), "A economia informal". *Ensaio Fundação de Economia e Estatística*, 2, 36: 13-31.

BARRETO, Abílio. (1995), *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Rona Editora.

BARROS, José Márcio. (1999), "Cultura, memória e identidade - contribuição ao debate". *Cadernos de História*, 4, 5: 31-36.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Decreto nº85, 4 de maio de 1936. Belo Horizonte, 1936, p.122-123,128-129.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Atividades Urbanas - Departamento de Fiscalização. Lei n.º 3.841. Reorganiza o processo de licenciamento de bancas de camelôs nos logradouros públicos e dá outras providências. 17 de agosto de 1984. p. 28 - 30.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Atividades Urbanas - Departamento de Fiscalização. Lei n.º 6.505. Dispõe sobre penalidades por infração à legislação sobre o comércio em passeios e vias públicas. 12 de janeiro de 1994. p. 37 - 40.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Atividades Urbanas - Departamento de Fiscalização. Decreto n.º 8.402, de 04 de setembro de 1995. Regulamenta as leis 3.841, de 17 de agosto de 1984, e 6.505 de 12 de janeiro de 1994. Disciplina o processo de autorização de uso de logradouros públicos para exploração de bancas e /ou barracas de camelôs, conforme artigo 38 da lei orgânica do município e artigo 23 das disposições transitórias, e revoga o decreto 7.635 de 02 de julho de 1993.

BENJAMIN, Walter. (1985), *Sobre o conceito da história*. São Paulo, Brasiliense.

BH 100 anos Nossa História. São Paulo: Sonopress, Estado de Minas,1997. 1 CD-ROOM.

- BOMPASTOR, Sylvia Couceiro. (1994) "*Cidade Moderna X Trabalho Urbano: A questão do Comércio Ambulante no Recife nos Séculos XIX e XX*". *Cadernos de Estudos Sociais*, 10, 1: 25-40.
- BOSI, Ecléa. (1999), *Memória e Sociedade, Lembranças de Velhos*. 7ª edição, São Paulo, Companhia das Letras.
- BRANDÃO, Junito de Souza. (1988), *Mitologia Grega - Vol. 1*, 4ª edição, Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1988), *Mitologia Grega - Vol. 2*, 2ª edição, Petrópolis, Vozes.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. (1994), "*A economia informal 20 anos depois*". *Revista Indicadores Econômicos*, 21, 4: 215-232.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. (2000) "Globalização e processo de informalidade". *Economia e Sociedade*, v.14: 153 -174.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. (2002), "Globalização e processo de informalidade". <http://www.forumsocialmundial.org.br/bib/cacciamali.asp>, em 09 de agosto.
- CALVINO, Italo. (2001), *As cidades invisíveis*. 15.ª edição, São Paulo, Companhia das Letras.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. (2001), *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo, Contexto Acadêmica.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. (2001), *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo, Contexto.
- CASTEL, Robert. (1999), *As Metamorfoses da Questão Social, Uma Crônica do Salário*. 2ª edição, Petrópolis, Editora Vozes.

- CASTRO, Delúbio Soares de. (2001) "*Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise, A globalização, o mercado de trabalho e os interesses nacionais*". [www.ipea.br/pub](http://www.ipea.br/pub), em 20 e 21 de agosto.
- CASTRO, Nadya A. e DEDECCA, Claudio S. (orgs.). (1998), *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo, Rio de Janeiro, Alast.
- CHACHAM, Vera in DUTRA, Eliana de Freitas (org). (1996), *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte, Editora C/Arte.
- CHARMES, Jacques. (1997), "O setor informal na África: um crescimento que não significa marginalização". *Ensaio Fundação de Economia e Estatística*, 18, 2: 64-99.
- CHESNAIS, François. (1996), *A Mundialização do Capital*. Editora Xamã.
- CHEVALIER, Jean & GHERBRANT, Alain. (1991), *Dicionários dos Símbolos - Mitos, Sonhos, Costumes, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora José Olympio.
- CIAMPA, Antônio da Costa. (1998), *A História do Severino e a História da Severina*. 6ª edição, São Paulo, Brasiliense.
- COLEÇÃO LOGOS, *Enciclopédia Luso Brasileira de Filosofia - Vol. 5*, Editorial Verbo - Lisboa, São Paulo, 1992.
- CORDEIRO, Renato Gomes. (2001), "Espaço e nação : espaços da memória – espaços identitários". <http://acad.ufrj.br>, em 18 de setembro.
- DELEUZE, Gilles. (1992), *Conversações*. Rio de Janeiro, Editora 34.

DURKHEIM, Émile. (1983), *Coleção Os Pensadores*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura, Luz Cary, Margarida Garrido Esteves e J. Vasconcelos Esteves. 2ª edição, São Paulo, Editora Abril S.A. Cultural.

DUTRA, Eliana de Freitas (org.). (1996), *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte, C/ Arte.

ENRIQUEZ, Eugène. (19??), "OS DESAFIOS ÉTICOS NAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS", *RAE - Revista de Administração de Empresa*. São Paulo, v 37, n.2:6-17.

ENRIQUEZ, Eugène. (2001), "*Perda do trabalho, perda da identidade*". [www.almg.gov.br/escolalegis](http://www.almg.gov.br/escolalegis), em 01 de outubro.

FILHO, Jayme Teixeira. (2001), "*A anatomia da ferida brasileira*", [www.informal.com.br](http://www.informal.com.br), em 07 de agosto.

FILHO, Jayme Teixeira. (2001), "*Globalização, desemprego e destrabalho*". [www.informal.com.br](http://www.informal.com.br), em 07 de agosto.

\_\_\_\_\_. (2001), "*Conflitos e Motivações: Sobre o significado do trabalho nas organizações atuais*". [www.infromal.com.br](http://www.infromal.com.br), em 07 de agosto.

FORRESTER, Viviane. (2002), "*O fim do emprego*". [http://www.revistaemtempo.com.br/ed\\_anteriores/ed1/ofimempr.htm](http://www.revistaemtempo.com.br/ed_anteriores/ed1/ofimempr.htm), em 13 de junho.

FOUCAULT, Michel. (1977), *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. Petrópolis, Editora Vozes.

Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1997. *Belo Horizonte & o Comércio: 100 anos de história*. Belo Horizonte, Rona Editora.

- GOFFMAN, Erving. (1988), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª edição, Rio de Janeiro, LTC.
- HALL, Stuart. (2000), in SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.), *Identidade e diferença*. Petrópolis, Editora Vozes.
- HALL, Stuart. (2002), *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª edição, Rio de Janeiro, DP&A Editora.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. (1984), *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*. 14ª edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- JACOBS, Jane. (2000), *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo, Martins Fontes.
- JÚNIOR, Heitor Frúgoli. (1995), *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo, Marco Zero.
- JÚNIOR, Heitor Frúgoli. (1999) "*A questão dos camelôs no contexto da revitalização do centro da metrópole de São Paulo*", in M. A. A. de Souza, S. C. Lins, M. P. C. Santos e M. C. Santos (orgs.), *Metrópole e Globalização*. São Paulo, CEDESP.
- JÚNIOR, Heitor Frúgoli. (2000), *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez Editora, Editora da Universidade de São Paulo.
- JÚNIOR, Heitor Frúgoli. (2001), "*Celebration: a busca da cidade perfeita e a vida real*". [www.jt.estadao.com.br/suplementos](http://www.jt.estadao.com.br/suplementos), em 16 de outubro.
- JÚNIOR, Heitor Frúgoli. (2001), "*São Paulo, um espaço do cidadão privado*". [www.vitrusvius.com.br/resenhas](http://www.vitrusvius.com.br/resenhas), em 16 de outubro.

- LAUTIER, Bruno. (1994) *L' Economie Informelle dans le Tierss Monde*. Paris: La Découverte. Paris.
- LEFEBVRE, Henry. (1991), *O Direito à Cidade*. São Paulo, Editora Moraes.
- LEMOS, Celina Borges. (1988), *Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*. Tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, mimeo.
- LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
- MARX, Karl. (1975) *O Capital (Crítica da Economia Política): O Processo de Produção do Capital*, vol. 1. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- MATTOSO, Jorge. (1995), *A Desordem do Trabalho*. Editora Página Aberta.
- MEDA, Dominique. (2001), “Viver o trabalho de outra maneira”. <http://ambafrance.org.br/abr/label>, 15 de outubro.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (2002), *Manual de História Oral*. 4ª edição, São Paulo, Edições Loyola.
- MICELI, Paulo. (1986), *O Feudalismo*. Campinas, Atual Unicamp.
- MUMFORD, Lewis. (1998), *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução de Neil R. da Silva. 4ª edição, São Paulo, Martins Fontes.
- NAVA, Pedro. (1996), *Beira - Mar Memória 4*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- NEVES, Delma Pessanha. (1999), “Os Miseráveis e a Ocupação dos Espaços Públicos”. *Cadernos de Recurso Humanos*, n. 30/31.

- NEVES, Eloiza et al (Fábio Bezerra de Brito, Fernando Talarico, Luís Filipe Silvério Lima, Ricardo Moura e Suzana Lopes Salgado Ribeiro) (2001), “O NEHO e a experiência de pesquisa em história oral”. [www.fflch.usp.br/dh/neho/temporaes.htm](http://www.fflch.usp.br/dh/neho/temporaes.htm), em 22 de outubro.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. (1993), *Jogos de Espelhos*. São Paulo, Edusp.
- PAIVA, Vanessa. (1995), “*A Comunicação e a Sociabilidade em Espaços Urbanos*”, in J. L. Braga, S. D. Porto e N. A. Fausto, *A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política*.
- PARK, Robert Erza. (1987), in VELHO, Otávio Guilherme (org.), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- PASTORE, José. (2001), “*Como reduzir a informalidade?*”. [www.josepastore.com.br](http://www.josepastore.com.br), em 19 de setembro.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite & FARIA, Maria Auxiliadora de. (2001), *Associação Comercial de Minas: uma história de pioneirismo e desenvolvimento - 1901-2001*. Belo Horizonte, Gráfica Lê.
- PFEFFER, Renato Somberg. (1993), *A Comunidade Judaica de Belo Horizonte: formação de uma identidade étnica particular numa sociedade diferenciada e plural*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, mimeo.
- POCHMANN, Marcio. (1999), *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, Contexto.
- POCHMANN, Márcio. (2001), “*A destruição gradual do estatuto do trabalho*”, [www.eco.unicamp.br](http://www.eco.unicamp.br), em 08 de agosto. ROUCHOU, Joëlle. (2001), “História oral: entrevista reportagem versus entrevista-história”. [www.intercom.org.br/revista/rbcc2000/rouchou.html](http://www.intercom.org.br/revista/rbcc2000/rouchou.html), em 22 de outubro.

- RESENDE, Selmo Haroldo, (1999), "Abordagens Biográficas e Foucault". *neho-história - Revista do Núcleo de Estudos em História Oral*, volume 1, edição 1: págs. 7-130.
- REVISTA DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA ORAL. 1999. São Paulo: Núcleo de Estudos em História Oral - Departamento de História da USP. N. 1, nov.
- SANTOS, Milton. (2001), "Quem está na Frente é o Povo", Entrevista concedida a Carlos Tibúrcio e Sílvia Cássia Bava. *Cadernos Le Monde Diplomatique*, n.2.
- SENNETT, Richard. (2000), *A Corrosão do Caráter, conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Record.
- SENNETTEH, Richard. (2001), "Como o trabalho destrói a inclusão social". [www.aps.pt/boletim](http://www.aps.pt/boletim), em 24 de setembro.
- SILVA, Luiz Roberto. (1998), *Doce dossiê de BH*. 2ª edição, Belo Horizonte, BDMG Cultural.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). (2000), *Identidade e diferença*. Petrópolis, Editora Vozes.
- SILVEIRA, Anny Jackeline Torres in DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH Horizontes Históricas*. Belo Horizonte, Editora C/Arte.
- SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. (1997), *As ruas e as cidades: Cadernos de História*. Belo Horizonte, Editora PUC Minas.
- SIQUEIRA, Sueli. (1988), *Os novos contornos da informalidade: o caso valadarense*. Tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, mimeo.
- THEODORO, Janice. (1998) "Memória e esquecimento: nos limites da narrativa". *Revista Tempo Brasileiro*, n.135: 61-74.

THOMPSON, Paul. (1992), *A voz do passado*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Paz e Terra.

VAZ, Domingos Martins. (2001), “Dizer e fazer a cidade”. [www.urbi.ubi.pt/000328/edicao/op\\_domvaz.html](http://www.urbi.ubi.pt/000328/edicao/op_domvaz.html), em 19 de outubro.

VELHO, Gilberto (org.). (1999), *Desvio e divergência*. 7ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

VELHO, Gilberto. (1989), *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. 5ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

VELHO, Gilberto. (1999), *Projeto e metamorfose: antropologia das cidades complexas*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

VICENTINO, Cláudio. (1997), *História Geral*. 4ª EDIÇÃO, São Paulo, Editora Scipione.

WOODWARD, Kathryn in SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). (2000), *Identidade e diferença*. Petrópolis, Editora Vozes.

YÁZIGI, Eduardo. (2000), *O mundo das calçadas*. São Paulo, Imprensa Oficial.

***ANEXOS***

***FOTOS DAS RUAS PESQUISADAS***

***PERFIL DOS ENTREVISTADOS***

***LEIS MUNICIPAIS***

***REESTRUTURAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS***

***BALANÇO DE ATIVIDADES***